



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX Nº 201, TERÇA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 2025



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)

4º - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de
Plenários

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 173^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 24 DE NOVEMBRO DE 2025

1.1 – ABERTURA 7

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a celebrar e homenagear o Ano Internacional das Cooperativas e os 20 anos de fundação da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), nos termos do Requerimento nº 381/2025, da Senadora Teresa Leitão e outros Senadores. 7

1.2.1 – Execução do Hino Nacional brasileiro 7

1.2.2 – Discurso da Presidência (Senadora Teresa Leitão) 7

1.2.3 – Oradores

Senador Izalci Lucas 8

Sra. Fátima Torres, Presidente da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) 10

Sr. Daniel Chagas Peter Beniamino, Diretor do Departamento de Políticas de Gestão Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente 11

Sr. Vanderley Ziger, Secretário de Agricultura Familiar e Agroecologia do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar 13

Senador Wellington Fagundes 14

Sr. Fernando Zamban, Diretor do Departamento de Parcerias e Fomento do Ministério do Trabalho e Emprego 16

Sr. Eduardo Pagot, Diretor do Departamento de Cooperativismo, Apoio à Inclusão Sanitária, Agroindústria e Certificação da Produção Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar 17

Sr. Raimundo Nonato Soares Lima, Diretor do Departamento de Aquisição de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome 19

1.3 – ENCERRAMENTO 20

2 – ATA DA 174^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 2025

2.1 – ABERTURA 22



2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

2.2.1 – Oradores

Senador Eduardo Girão – Críticas à prisão do ex-Presidente Jair Bolsonaro e alegações que seria perseguição política, abuso de autoridade e distração para diversas denúncias envolvendo o Governo Federal. Defesa de uma anistia ampla para a pacificação nacional. Pedido de instalação de CPI, no Senado Federal, para investigação das operações do Banco Master e possíveis vínculos com políticos e criminosos.

22

Senadora Damares Alves – Destaque para o Novembro Roxo como mês de conscientização sobre a prematuridade. Relato sobre a atuação do Senado Federal no combate à corrupção, por meio de suas comissões e da colaboração do TCU. Indignação com a decretação da prisão preventiva do ex-Presidente Jair Bolsonaro e as supostas arbitrariedades cometidas pelo Poder Judiciário. Apoio à instalação de CPI para investigação do escândalo do Banco Master. Defesa da proposta de anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023.

26

Senador Humberto Costa – Apelo à investigação das relações políticas e econômicas que permitiram o crescimento suspeito do Banco Master, instituição alvo de liquidação pelo Banco Central. Defesa da decisão do STF que manteve por unanimidade a prisão preventiva do ex-Presidente Jair Bolsonaro, decretada no dia 22 de novembro, após suposta tentativa de rompimento da tornozeleira eletrônica.

30

2.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Confúcio Moura) – Satisfação com a visita de S. Exa. à Dianópolis-TO, sua cidade natal, e homenagem a personalidades locais relevantes.

33

2.2.3 – Convocação de Sessão

Convocação de sessão deliberativa ordinária para 25 de novembro, às 14 horas.

35

2.3 – ENCERRAMENTO

35

PARTE II

3 – MATERIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Comunicações

Da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda, de substituição de membro na Comissão de Assuntos Sociais (**Ofício nº 128/2025**).

37

Do Senador Ciro Nogueira, que comunica a ausência de S. Exa. do País no período de 24 a 29 de novembro (**Ofício nº 73/2025**).

38

Do Senador Humberto Costa, de participação de S. Exa. em missão, nos termos do Requerimento nº 569/2025-CDIR.

39

3.1.2 – Mensagem do Presidente da República

Nº 1.740/2025, na origem, que *restitui o autógrafo do Projeto de Lei nº 458, de 2021, sancionado e convertido na Lei nº 15.265, de 21 de novembro de 2025.*

41

3.1.3 – Projeto de Decreto Legislativo



Nº 1017/2025, do Senador Jorge Seif, que *susta os efeitos da Resolução CCFGTS nº 1.130, de 7 de outubro de 2025, que altera a Resolução CCFGTS nº 958, de 24 de abril de 2020, que regulamenta a alienação ou cessão fiduciária do direito ao saque aniversário da conta vinculada do FGTS.* 44

3.1.4 – Projetos de Lei

Nº 5924/2025, do Senador Jader Barbalho, que *institui a Lei Nacional da Transição Energética e estabelece diretrizes, metas, instrumentos e mecanismos de governança para a transição energética brasileira, em alinhamento às responsabilidades climáticas internacionais e às necessidades estratégicas do País.* 50

Nº 5932/2025, do Senador Eduardo Braga, que *altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para determinar que a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL considere, no cálculo do custo de capital regulatório aplicável aos processos tarifários das prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, as alíquotas efetivas de Imposto de Renda e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido incidentes sobre cada prestadora.* 55

Nº 5933/2025, do Senador Eduardo Braga, que *altera a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para dispor de ampliações da garantia física e da potência de usinas hidrelétricas sob o regime de cotas.* ... 61

3.1.5 – Requerimentos

Nº 867/2025, de Líderes, requer urgência para o Projeto de Lei nº 896/2023, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal. 67

Nº 868/2025, do Senador Luis Carlos Heinze, requer informações à Senhora Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, sobre o processo em curso para criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Pau-Ferro e do Refúgio de Vida Silvestre (RVS) propostas pelo ICMBio para a região das Missões, no Rio Grande do Sul, abrangendo aproximadamente 160 mil hectares nos municípios de Santiago, Bossoroca, Itacurubi, Unistalda e Santo Antônio das Missões. 70

3.1.6 – Término de Prazo

Término do prazo, em 19 de novembro, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei nº 4402/2023. 81

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	82
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	85
6 – LIDERANÇAS	86
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	89
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	94
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	98
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	144



Ata da 173^a Sessão, Especial,
em 24 de novembro de 2025

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura

Presidência da Sra. Teresa Leitão.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 35 minutos e encerra-se às 11 horas e 49 minutos.)



A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 381, de 2025, de autoria desta Presidência e de outros Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão é destinada a celebrar e homenagear o Ano Internacional das Cooperativas e os 20 anos de fundação da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes).

Convido para compor a mesa desta sessão especial os seguintes convidados e convidada: Sra. Fátima Torres, Presidenta da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes). (*Palmas.*)

Sr. Daniel Beniamino, Diretor do Departamento de Políticas de Gestão Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente. (*Palmas.*)

Tudo bem, Fátima?

Sr. Fernando Zamban, Diretor do Departamento de Fomento e Parcerias do Ministério do Trabalho e Emprego. (*Palmas.*)

Sr. Vanderley Ziger, Secretário Nacional de Agricultura Familiar e Agroecologia do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e Presidente da Unicafes, no período de 2017 a 2023. (*Palmas.*)

E o Sr. Eduardo Pagot, Diretor do Departamento de Cooperativismo, Apoio à Inclusão Sanitária, Agroindústria e Certificação da Produção Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. (*Palmas.*)

Tudo bem? (*Pausa.*)

Sr. Eduardo Pagot? (*Pausa.*)

Sr. Raimundo Nonato chegou. Pode vir.

Sr. Raimundo Nonato, Diretor do Departamento de Aquisição de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Estábamos só lhe esperando. (*Palmas.*)

Sejam todos muito bem-vindos, muito bem-vindas!

E convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discursar - Presidente.) – Quero cumprimentar todos os componentes da mesa, cumprimentar todos os presentes a este Plenário e, com grande honra, dou início à sessão especial em homenagem ao movimento que é, simultaneamente, uma tradição e uma vanguarda de desenvolvimento social e econômico: o cooperativismo.

Em um mundo cada vez mais complexo e desigual, o modelo cooperativista, baseado em valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade e solidariedade, emerge como uma resposta robusta e humana aos desafios contemporâneos. Por essa razão, a ONU declarou 2025 o Ano Internacional das Cooperativas, com o lema “Cooperativas Construem um Mundo Melhor”, e hoje estamos aqui, celebrando este evento. Celebrar o ano do cooperativismo em nível global e nacional é reconhecer que, quando indivíduos se unem para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, o resultado é a criação de negócios sustentáveis que beneficiam a comunidade inteira.

O Ano Internacional das Cooperativas tem por meta chamar a atenção para a relevância dessas organizações, e para a necessidade de políticas públicas que apoiem seu funcionamento, e aqui, reside



a importância fundamental da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafe).

A Unicafe não é apenas uma entidade representativa. Ela é a voz e a estrutura que promove a inclusão. Leva a organização cooperativista a milhares de famílias que estão na base da cadeia produtiva, garantindo-lhes melhores preços, acesso a mercados e tecnologia e fortalece a soberania alimentar. Ao apoiar as cooperativas de agricultura familiar, a Unicafe assegura a produção diversificada de alimentos saudáveis para a mesa dos brasileiros.

A Unicafe tem um papel estratégico na interlocução com o Governo e o Legislativo, defendendo o aperfeiçoamento de políticas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), garantindo que os recursos cheguem de forma justa e organizada. É a prova de que a solidariedade e a união têm o poder de transformar a realidade de milhões de trabalhadores e trabalhadoras, combatendo a pobreza e gerando desenvolvimento sustentável no campo. Essa entidade, cujo vigésimo aniversário também estamos celebrando hoje, já se encontra estabelecida em 21 unidades da Federação e tem buscado o desenvolvimento socioeconômico sustentável, sem discriminação de gênero, idade ou etnia.

Ao celebrarmos a Unicafe, é importante lembrar o papel estratégico das cooperativas da agricultura familiar e da economia solidária. Mais de 70% dos alimentos consumidos no Brasil vêm da agricultura familiar. Já a economia solidária está presente em 90% dos municípios com até 20 mil habitantes. A agricultura familiar e a economia solidária encontram no modelo cooperativo um caminho para garantir oportunidades para milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Elas representam muito mais do que um modelo econômico: são instrumentos de inclusão social, geração de renda e sustentabilidade. Ao conectar pequenos produtores e comunidades, essas cooperativas fortalecem a produção local, reduzem desigualdades e contribuem para a segurança alimentar do país, valores que traduzem, na prática, o ideal de um Brasil mais justo e solidário, e que estamos pouco a pouco alcançando pelos índices revelados da nossa política pública em relação à economia solidária e à segurança alimentar.

Nossos parabéns e agradecimentos à Unicafe e a seus integrantes! São pessoas como vocês que mantêm em marcha o sonho de um mundo com mais justiça social, solidariedade e desenvolvimento.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Aproveito para registrar a presença do Senador Izalci Lucas.

Eu estava falando e não quis interromper. Vou lhe passar a palavra, logo, a V. Exa., viu?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Passo a palavra a V. Exa. para fazer sua saudação ao nosso evento.

Em seguida passarei a palavra para os membros da mesa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discursar.) – Sra. Presidente, Senadora Teresa Leitão, cumprimento e parabenizo V. Exa. pela iniciativa desta sessão especial.

Cumprimento também o Sr. Secretário Nacional de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Vanderley Ziger; o Diretor do Departamento de Políticas de Gestão Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente, Daniel Beniamino; o nosso Diretor do Departamento de Cooperativismo, Apoio à Inclusão Sanitária do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Eduardo Pagot; o Diretor do Departamento de Parcerias e Fomento do Ministério do Trabalho e Emprego, Fernando Zamban; o Diretor do Departamento de Aquisição de Alimentos do Ministério da Assistência Social, Família e Combate à Fome, Raimundo Nonato; e, ainda, a Presidenta da União Nacional das Cooperativas da Agricultura



Familiar e Economia Solidária, Fátima Torres.

Quero cumprimentar os demais convidados e todos os produtores da área rural que também participam da cooperativa.

Presidente, hoje o dia de todos nós brasileiros começou com o tradicional café da manhã. Alguns comeram um pão, um ovo, um copinho de leite ou apenas beberam um café – um golinho de café. A verdade é que o dia no Brasil só começa graças ao produtor rural.

O Ano Internacional das Cooperativas, proclamado pela Organização das Nações Unidas, não é apenas uma homenagem simbólica; é o reconhecimento internacional de que o cooperativismo é uma das ferramentas mais eficazes de desenvolvimento humano, econômico e social. É a ONU dizendo ao mundo que a organização comunitária, a união de esforços e o trabalho compartilhado são caminhos seguros para construir sociedades mais justas, resilientes e sustentáveis.

E, ao celebrarmos essa data, celebramos também os 20 anos de fundação da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), entidade que carrega nas mãos e no coração a força do Brasil que produz, que persiste e que transforma realidades. A história da Unicafes é a história de milhões de famílias que vivem da terra, que acordam antes do sol, que enfrentam seca, chuva, crise econômica e, ainda assim, colocam o alimento na mesa de cada brasileiro. É a história de homens e mulheres que não pedem privilégios; pedem oportunidade, respeito e condições dignas para fazer o que fazem tão bem: alimentar o país.

E é por isso que esta sessão solene tem importância nacional. Em um mundo marcado por climas adversos, instabilidade geopolítica e insegurança alimentar crescente, as cooperativas surgem como garantia de futuro. Elas fortalecem cadeias produtivas, geram renda local, preservam culturas tradicionais, reduzem desigualdades e ampliam horizontes para os jovens e mulheres no campo. As cooperativas ensinam ao mundo uma lição simples e poderosa: ninguém prospera sozinho.

Falo hoje não apenas sendo Senador, mas também alguém que caminha pelo Distrito Federal e conhece de perto o valor da agricultura familiar, tendo visitado inúmeros núcleos rurais do DF, escutando suas lideranças, apreendendo com seus desafios e participando de ações que reforçam o cooperativismo e a economia solidária.

Em retorno, para apoiar nossos produtores, invisto em formação profissional para jovens, adultos e mulheres, em cursos profissionalizantes, como o *marketing* digital agora no campo, em aquisição de caminhões, tanques, piscicultura, tratores, patrulhas agrícolas e em projetos que fortalecem a agricultura familiar. Essas ações são meu compromisso contínuo com quem produz neste país, porque apoiar quem produz é obrigação do Estado, é nosso dever com o Brasil e respeito com o trabalhador. Por isso, reconhecer a importância da Unicafes é reconhecer o coração do país. São mais de 1,5 mil cooperativas, quase 1 milhão de famílias agricultoras, todas unidas por uma mesma lógica: a lógica da solidariedade, da partilha do trabalho digno e do desenvolvimento sustentável. A existência da Unicafes prova ao mundo que é possível produzir riqueza com inclusão, gerar desenvolvimento sem destruir, crescer sem abandonar ninguém para trás.

E, neste ano internacional das cooperativas, o Brasil tem a oportunidade de ocupar um papel de liderança global. O cooperativismo brasileiro é forte, diverso e também inovador e precisa ser impulsionado, valorizado e protegido. Se o cooperativismo floresce, o país prospera; se a agricultura familiar é fortalecida, a segurança alimentar é garantida; se o produtor rural tem apoio, toda a sociedade tem futuro. Por isso, destaco aqui que a Unicafes não está apenas completando 20 anos de história, está completando 20 anos de serviço ao Brasil.

A essa entidade, a suas lideranças e a cada cooperado neste imenso país registro o meu respeito, a minha admiração e o compromisso desta Casa com o diálogo, com o fortalecimento institucional e com



a construção de políticas públicas que ampliem o impacto positivo do cooperativismo. Que este ano internacional não seja apenas uma data comemorativa, mas o início de uma nova etapa, mais sólida, mais integrada, mais reconhecida para todas as cooperativas brasileiras.

À Unicafes, meus parabéns pelos 20 anos; aos agricultores familiares, meu agradecimento pela força com que sustentam o Brasil todos os dias; e, às cooperativas de nosso país, meu compromisso de apoiar vocês em seu papel na construção de um futuro melhor. A todos vocês que colocam comida na mesa de nós, de todos nós brasileiros, o nosso muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Izalci, pela sua presença, pelas suas palavras.

Registro a presença das Sras. e Srs. Embaixadores, encarregados de negócios e representantes diplomáticos dos seguintes países: Haiti, República Dominicana e Zâmbia.

Passo a palavra agora para a Sra. Fátima Torres, Presidente da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes).

A SRA. FÁTIMA TORRES (Para discursar.) – Bom dia a todos e a todas.

Gostaria de saudar a Sra. Presidente requerente desta sessão, a Senadora Teresa Leitão, a quem agradeço imensamente por esta homenagem à nossa entidade; o Sr. Secretário nacional de Agricultura Familiar e Agroecologia do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Vanderley Zíger; o Sr. Diretor do Departamento de Políticas de Gestão Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Daniel Beniamino; o Sr. Diretor do Departamento de Cooperativismo e Inclusão Sanitária do MDA, Eduardo Pagot; o Sr. Diretor do Departamento de Parcerias e Fomento do Ministério do Trabalho e Emprego, Fernando Zamban; o Sr. Diretor do Departamento de Aquisição e Distribuição de Alimentos Saudáveis do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Raimundo Nonato.

Gostaria de saudar todos os agricultores e agricultoras que nós representamos, os dirigentes de cooperativa e todos os parceiros aqui presentes.

Falar da Unicafes nesta Casa muito nos emociona, porque a Unicafes nasceu a partir de um desejo e de uma necessidade de nós, agricultores e agricultoras, acessarmos políticas públicas e também os mercados. Então, a Unicafes é uma rede de cooperativas, que hoje representa 1,5 mil cooperativas; tem um trabalho com produção agroecológica. Trabalhamos o acesso ao mercado dos nossos produtos através das políticas públicas e também do mercado privado, organizamos feiras, circuitos; trabalhamos também muito fortemente com formação, tanto para os nossos agricultores e agricultoras, como também para a nossa juventude. Temos um departamento de formação e cooperativismo com o objetivo de fortalecer a gestão das nossas cooperativas e de trabalhar a paridade das mulheres no cooperativismo no Brasil e também a paridade da juventude.

Precisamos envolver cada vez mais o nosso jovem, tanto na atividade produtiva como na gestão e na organização de nossas cooperativas, porque um desafio que nós do rural enfrentamos neste Brasil é: como levar qualidade de vida, trabalho e dignidade para que a gente não perca o nosso jovem do rural? A gente quer, sim, o nosso jovem na universidade, mas também que ele volte para desenvolver as tecnologias e desenvolver os negócios cooperativos no meio rural.

Para além de nós fazermos 20 anos, estamos comemorando também o Ano Internacional das Cooperativas e estamos nos preparando, porque o próximo ano é o Ano Internacional das Mulheres Agricultoras. Queremos comemorar, cada vez mais, com mais mulheres à frente das cooperativas, mais mulheres trabalhando com dignidade no campo.

Uma das políticas públicas em que a gente tem atuado muito forte são os Quintais Produtivos, trabalhando a produção familiar dessas mulheres com a certificação orgânica e conectando a produção das



nossas famílias com o mercado.

Estar aqui, comemorando 20 anos, é muita alegria, porque é aqui que são votadas as políticas públicas, as leis que vão chegar lá à ponta, a cada agricultor e a cada agricultora.

Então, eu gostaria de finalizar agradecendo aos senhores, à senhora, que está presidindo esta sessão, e aos demais membros desta Casa por esta homenagem e dizer que a Unicafes segue firme na luta, na defesa e na busca de melhoria por políticas públicas e por melhoria de qualidade de vida dos nossos agricultores e agricultoras familiares, em regime de economia solidária, em todos os cantos deste Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que agradecemos, Fátima, suas palavras.

Eu fui, inclusive, Relatora do PA, e nós tivemos um excelente debate aqui, sem sombra de dúvidas, viu?

Parabéns mais uma vez.

Concedo a palavra agora ao Sr. Daniel Beniamino, Diretor do Departamento de Políticas de Gestão Ambiental Rural, do Ministério do Meio Ambiente, já o saudando pelos resultados da COP 30.

O SR. DANIEL BENIAMINO (Para discursar.) – Obrigado, Senadora.

Então, bom dia a todos, Presidente Teresa Leitão. Quero cumprimentar a todos da mesa, em nome da Presidente da Unicafes, Fátima Torres.

De fato, nós passamos por um momento de muito esforço coletivo, não foi único da parte do ministério. Todo o Governo Federal estava envolvido nesse processo, e tivemos muitos avanços. E acho também que numa etapa, dentro da COP, teve também o espaço das cooperativas.

Aqui eu me volto ao texto preparado, para garantir bem o que eu falarei.

É uma grande honra estar aqui, no dia de hoje, representando o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a nossa Secretária Edel Moraes e a nossa Ministra Marina Silva, nesta Casa do Povo, para celebrar duas importantes comemorações: o Ano Internacional das Cooperativas e o marco de 20 anos de fundação da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

Saúdo, de maneira especial, a Unicafes, por sua história, sua história de luta, resistência e organização de um modelo de produção e de vida que é essencial para o futuro do nosso país e do nosso planeta.

Nossa presença aqui, como Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, é reconhecer a agricultura familiar como responsável pela conservação ambiental e pelo equilíbrio climático no meio rural brasileiro.

É preciso desmistificar a visão de que a conservação da natureza é uma atividade paralela ou um obstáculo à produção de alimentos. Pelo contrário: a agricultura familiar, os povos e comunidades tradicionais, com seus modos de vida e práticas tradicionais de cultivo, demonstram, diariamente, que é possível produzir com abundância alimentar a nação e, ao mesmo tempo, proteger a biodiversidade.

São agricultores e agricultoras quilombolas, indígenas, extrativistas, que vivem em territórios que são, por natureza, cooperativos, onde a ajuda mútua e a solidariedade são pilares da organização social e produtiva. São eles e elas que, com seus conhecimentos ancestrais, conservam as florestas, os rios, as nascentes e demais recursos naturais.

No coração desta relação harmoniosa entre produção e conservação está a agroecologia. A agroecologia não é apenas uma técnica, mas um modo de vida que une ciência, saberes tradicionais, cooperativismo e movimentos sociais. Um caminho traçado pela Unicafes que permite avançar em uma gestão da paisagem rural verdadeiramente sustentável. A prática da agroecologia e da agricultura familiar promove a saúde do solo, sequestrando o carbono da atmosfera, tema tão pautado agora durante a nossa COP 30, combatendo as mudanças climáticas; aumenta a diversidade de espécies cultivadas, fortalecendo a segurança alimentar



e nutricional; reduz a dependência de insumos externos e agrotóxicos, protegendo a saúde do agricultor e do consumidor.

Ao celebrar os 20 anos da Unicafes, celebramos a resistência e a resiliência. A Unicafes nasceu e cresceu como uma voz de oposição ao modelo hegemônico de mercado, pautado na concentração de terra, na produção de *commodities* e na exclusão social. A organização em cooperativas e associações, sob a égide da economia solidária, é a forma que a agricultura familiar encontrou para se fortalecer, ter escala de comercialização e, crucialmente, manter seus valores e princípios. O modelo Unicafes é a prova de que é possível construir um mercado justo, uma governança democrática e uma prática sustentável. O modelo cooperativo permite que a distribuição de alimentos seja mais justa e eficiente, conectando diretamente o campo e a cidade, encurtando as cadeias, reduzindo o desperdício e a pegada de carbono. Esse sistema organizado garante o acesso a alimentos livres de agrotóxicos, nutritivos e culturalmente adequados, sendo uma resposta direta e prática aos desafios no combate à pobreza, à fome e à má nutrição no Brasil.

Outro ponto crucial é o papel transformador das cooperativas para a mulher e a juventude rural. A organização cooperada oferece caminhos concretos para o empoderamento feminino, garantindo voz, participação na gestão e acesso a linhas de crédito e mercado. As mulheres, muitas vezes guardiãs das sementes crioulas e do saber agroecológico, encontram no cooperativismo o reconhecimento e a valorização de seu trabalho essencial. Da mesma forma, a juventude vê na agroecologia cooperada a oportunidade de permanecer no campo, com dignidade, inovação e renda, garantindo a sucessão familiar e a continuidade da conservação ambiental nos territórios.

Fortalecer as cooperativas é, portanto, uma poderosa inclusão social, equidade de gênero e combate ao êxodo rural. A força do cooperativismo da agricultura familiar, dos povos e comunidades tradicionais é, então, bússola que aponta para um futuro mais equitativo e sustentável. Ao fortalecermos as cooperativas, estamos fortalecendo seus modos de vida, sua capacidade de conservar as florestas e, em última análise, estamos investindo na capacidade do Brasil de liderar uma transição ecológica integral.

Essa liderança foi crucial e visível na recente COP 30, realizada em Belém, no coração da Amazônia. O Brasil, como anfitrião, apresentou a agricultura familiar cooperada como modelo de referência global, provando que é possível conciliar a produção de alimento de baixo carbono e a inclusão social. É através da estruturação de projetos cooperativos de agroecologia, recuperação de áreas degradadas e sistemas agroflorestais que o país pode, de fato, alcançar e superar suas contribuições nacionalmente determinadas, as NDCs, no setor de uso da terra e florestas, transformando a meta climática em uma realidade social e econômica.

Para concluir, neste Ano Internacional do Cooperativismo, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima reitera seu compromisso com esta causa e com a Unicafes. O cooperativismo, em sua essência, carrega os valores da solidariedade, responsabilidade, democracia e preocupação com a comunidade. Fortalecer o cooperativismo é, portanto, uma estratégia nacional para impulsionar as comunidades locais, tanto no meio urbano quanto, principalmente, no rural, garantir o acesso à renda e à inclusão produtiva, promover a equidade de gênero e o protagonismo da mulher rural nas cadeias produtivas e na gestão, incentivar a sucessão rural e o engajamento da juventude nos sistemas agroecológicos, fortalecer os territórios de povos e comunidades tradicionais e os seus modos de vida como modelo de conservação e promover a resiliência climática e a segurança alimentar e nutricional.

Que o espírito de união e solidariedade da Unicafes e do cooperativismo continuem a inspirar nossas políticas públicas nesta Casa e a moldar um Brasil que colhe o que planta, justiça social e ambiental!

Como declarou a ONU, as cooperativas constroem um mundo melhor.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito



obrigada, Daniel.

Vamos agora ouvir a saudação do Sr. Vanderley Ziger, Secretário nacional de Agricultura Familiar e Agroecologia do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, que foi Presidente da Unicafes no período de 2017 a 2023. Faz parte, portanto, da história que hoje também comemoramos.

O SR. VANDERLEY ZIGER (Para discursar.) – Muito obrigado, Senadora Teresa Leitão, que preside e é requerente desta sessão. Uma saudação também ao Senador Izalci Lucas, que já passou por aqui e deixou também sua mensagem. Uma saudação aqui à Fátima Torres, que é a nossa Presidenta da Unicafes-RN, liderança nacional que tem feito um trabalho extraordinário à frente da instituição da Unicafes. Quero saudar também o Daniel Beniamino, o Eduardo Pagot, o Raimundo Nonato e o Fernando Zamban.

Como disse aqui a Senadora, eu tenho uma relação muito próxima com esta agenda, a agenda do cooperativismo, do qual vejo aqui várias lideranças que estão presentes e também, certamente, nos assistindo neste momento de celebração, de celebrar os 20 anos da Unicafes, mas também celebrar o Ano Internacional das Cooperativas.

Quero fazer aqui uma menção muito importante: que o cooperativismo precisa ser visto como uma meia no pé da gente. A meia, no nosso pé, vai se adequando conforme o tamanho do pé. Ela não pode ser muito grande, também não pode ser muito apertada. Por isso, eu reforço aqui algo que é central na construção desse cooperativismo da economia solidária, que são os princípios que regem o cooperativismo.

Os princípios que regem o cooperativismo me parece que são balizadores para qualquer modelo de cooperativa, seja da agricultura familiar, sejam outros modelos, até porque, no Brasil, nós sabemos que existem diferenças bastante significativas em modelos de cooperativas, no entanto, princípios são basilares. Eu quero reforçar aqui o primeiro deles, que é a adesão voluntária. Ninguém entra numa cooperativa como entra numa camisa de força. É por adesão voluntária, as pessoas escolhem o cooperativismo. As pessoas não escolhem uma empresa, elas escolhem a cooperativa. E o conceito de cooperativismo é que, embora seja uma pessoa jurídica, ela tem um fator central no processo, que é justamente a gestão democrática. No cooperativismo, os processos democráticos, as decisões coletivas são bases fundantes para que, de fato, sejam, na essência, o cooperativismo, que nada mais é do que unirmos forças para vencermos juntos aquilo em que, certamente, sozinhos teríamos mais dificuldades.

Essa percepção de que a gestão e a democracia são princípios basilares reforça o terceiro princípio, que é justamente a participação econômica. Nós não podemos ter na cooperativa as pessoas que decidem sobre a sua economia sem construção participativa e coletiva com os seus associados.

Ainda nós temos que avançar muito num dos princípios, que é o princípio da educação, da formação e da informação, até porque, muitas vezes, o associado fala que vendeu para a cooperativa ou comprou da cooperativa. A cooperativa, na essência, é a pessoa física, é o ser humano, que escolhe aderir a um projeto que a cooperativa representa. Portanto, talvez um dos grandes desafios que nós temos pela frente seja exatamente reafirmar que a cooperativa só existe porque existem, no entorno desse CNPJ, dessa pessoa jurídica, pessoas que estão juntas coletivamente congregando-se para vencer os seus obstáculos, os seus desafios.

Tenho uma questão importante para destacar também quanto princípio, que é a autonomia e a independência. Embora nós tenhamos os sistemas hoje organizados em níveis – o primeiro, o segundo e o terceiro nível, que são as cooperativas singulares, federações e confederações –, é fundamental reafirmar que a segunda e a terceira casa só existem porque existe a primeira. Então, o pilar principal, o princípio principal desse cooperativismo são as cooperativas singulares, essas que se espalham, que avançam no território nacional e, muitas vezes, nos territórios mais distantes. Lá existe a cooperativa que organiza economicamente as pessoas que estão ou na agricultura familiar ou em outros espaços, mas o cooperativismo



continua sendo a grande bandeira para se construir e avançar.

O mais importante, eu diria, para fechar os princípios, é o interesse pela comunidade. Cooperativa não é uma ilha, não pode ser vista num fim em si mesmo. Cooperativa se relaciona, constrói laços não só econômicos. A construção do cooperativismo se dá cada vez mais forte se as pessoas tiverem a adesão, a aderência. Então, é por isso que é fundamental a participação comunitária, é por isso que a cooperativa precisa se colocar e se enraizar nesses espaços comunitários. Aí, sim, ela se consolida como uma ferramenta, como um instrumento fundamental para consolidar o nosso modelo de desenvolvimento na agricultura familiar.

Encerro aqui destacando o papel da Unicafes. Vinte anos é uma caminhada, é uma grande caminhada, principalmente na construção de um modelo de cooperativas de economia solidária, em que a gente coloca, além dos sete princípios, o conceito de gestão democrática e participação social muito forte, fazendo cooperativas que respeitem os interesses nos territórios, as decisões territoriais.

Aí, nesse sentido, nós temos, dentro da Unicafes, certamente, vários ramos organizados. No ramo da comercialização e da organização produtiva, nós temos cooperativas de crédito, nós temos cooperativas de assistência técnica, nós temos cooperativas de habitação. Assim, vamos vencendo e fazendo com que a política pública se torne realidade na vida das pessoas, porque, certamente, se não fosse pela cooperativa, nós ainda não teríamos chegado com a política pública.

Agora, sim, nós ainda temos vazios, ainda temos espaços para expandir o cooperativismo. Nós ainda temos condições, nos próximos anos, certamente pela Unicafes e também por outros sistemas, mas destaco aqui o papel da Unicafes, porque ela consegue chegar de uma forma mais assertiva aos territórios aonde muitas vezes nem os bancos nem outras formas organizativas têm mais interesse de ir. E lá está uma cooperativa se consolidando, se organizando e fazendo com que, juntos, nós possamos vencer as barreiras e os obstáculos, em especial na agricultura familiar.

Sobre o aspecto da resistência, do ponto de vista da emergência climática, acho que as nossas cooperativas também são um espaço, como disse aqui há pouco o Daniel, da construção e da reafirmação de que nós vivemos numa casa comum. A casa comum, esse nosso território, o ambiente em que nós vivemos precisa ser visto para que as nossas futuras gerações enxerguem esse legado que nós estamos deixando. E, muitas vezes, a gente encontra grandes desafios, enfrenta grandes desafios, sobretudo com relação ao combate ao desmatamento, ao fazer com que a gente consiga produzir alimentos usando a mãe Terra como principal insumo, cuidando dela para que, no próximo ano, na próxima safra, as futuras gerações possam ter condições de viver e viver bem aqui.

Então, são desafios colocados e, certamente, a Unicafes tem sabedoria, condições e lideranças que poderão e deverão fazer um trabalho extraordinário, como têm feito, seja nas cooperativas, seja nas estruturas federativas e também aqui na federação e na confederação.

Vida longa ao sistema cooperativo! Parabéns aos 20 anos da Unicafes! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Vanderley.

E juntar tudo isso com a perspectiva da economia solidária acho que dá, de fato, uma sustentabilidade muito importante e simbólica na proteção e na preservação da nossa casa comum, eu gosto muito dessa expressão.

Então, quero registrar a presença do Senador Wellington Fagundes e lhe passar a palavra para fazer uma saudação aos nossos homenageados.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.)

– Sra. Presidente, Senadora Teresa Leitão, também cumprimento aqui o Sr. Secretário nacional de Agricultura Familiar e Agroecologia do Ministério do Desenvolvimento Agrário e agroecologia, e, na pessoa



dele, cumprimento todos – todos já foram citados.

E eu quero dizer aqui às minhas Sras. e Srs. Senadores que quero iniciar cumprimentando V. Exa., Sra. Senadora Teresa Leitão, pela iniciativa e pela condução desta sessão especial, que celebra o Ano Internacional das Cooperativas e marca os 20 anos da Unicafes. Esta é uma justa homenagem a um movimento que transformou a vida de milhares de famílias brasileiras e que segue ampliando oportunidades, especialmente para a agricultura familiar e também para a economia solidária.

E faço aqui um registro especial ao nome da Presidente da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, Fátima Torres – está conosco à mesa. Também às cooperativas, quero aqui registrar, que representam muito mais do que um modelo de organização produtiva; elas expressam valores de união, compartilhamento e desenvolvimento regional. E quando fortalecemos o cooperativismo, estamos fortalecendo o Brasil real, aquele que produz, que gera renda, que sustenta nossas cidades e que mantém vivo o espírito comunitário que moldou o nosso país.

Quero aqui destacar, nesta ocasião, algumas iniciativas que já defendi e tenho defendido justamente com este propósito: criar condições para que pequenos, médios e grandes produtores tenham acesso a tecnologia, crédito, segurança jurídica e, sobretudo, conhecimento.

No Senado, apresentei o Projeto de Lei nº 539, de 2021, que prorrogou a validade dos atos de assembleias e reuniões de sociedades, incluindo cooperativas, durante principalmente a pandemia. Aquela medida foi essencial para garantir segurança jurídica em um momento de grave instabilidade, preservando a governança de milhares de organizações cooperativas em todo o país. Também tenho buscado fortalecer a integração entre educação, ciência e produção rural. É o caso do apoio que temos dado, em parceria com o Instituto Federal de Educação de Mato Grosso, ao Projeto Conexões, que aproxima pesquisadores e estudantes das demandas concretas do campo.

E aqui eu homenageio também o Reitor Julio César, porque é extremamente competente e tem dirigido aquela instituição de uma forma de muito avanço no trabalho daquela instituição. E essa articulação transforma desafios reais, enfrentados por pequenos, médios e grandes produtores, em soluções práticas, construídas dentro das nossas instituições de ensino.

Essa visão de proximidade e de diálogo permanente também orienta a liberação de recursos, inclusive via Sudeco (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste), para apoiar a agricultura familiar e modernizar a produção nos municípios de Mato Grosso.

E aqui, Senadora Teresa, permito-me destacar a realidade do meu estado, Mato Grosso, que abriga algumas das maiores cooperativas agropecuárias do Brasil, atuando em cadeias de grãos, carnes, algodão e lácteos. São estruturas robustas, que movimentam a economia regional e geram milhares de empregos, mas também cresce, de forma significativa, o cooperativismo da agricultura familiar, especialmente por meio das cooperativas ligadas à Unicafes e também à Unicafes Mato Grosso, que têm avançado na industrialização, na certificação e na agregação de valor à produção. Cada vez mais, agricultores buscam as cooperativas para comercializar melhor, comprar insumos a preços mais acessíveis, acessar crédito e participar de programas especiais.

É esse movimento que faz a diferença no interior do estado, onde muitas cooperativas já se tornaram o principal motor econômico, responsáveis por empregos, renda e estabilidade para centenas de famílias rurais, mas também é importante registrar desafios que permanecem: ampliar a assistência técnica, melhorar o acesso ao crédito rural, modernizar a gestão e fortalecer a infraestrutura de armazenamento e também de transporte. Quero dizer que sou Presidente da Frente Parlamentar de Logística e Infraestrutura (e armazenagem), e isso no Brasil é um desafio muito grande que temos que atacar. São pontos essenciais para que o cooperativismo continue crescendo com solidez.

E sigo apoiando iniciativas que dialogam com esses objetivos. Cito aqui também o Programa Soja



Legal, da Aprosoja Mato Grosso, que leva capacitação e boas práticas ao campo, ajudando produtores a aprimorarem sua gestão e elevarem a qualidade da produção. Da mesma forma, mantenho aberto no meu gabinete o diálogo com entidades como a Conafer, que têm trazido demandas importantes para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Senadora Teresa Leitão, registrar os 20 anos da Unicafes é celebrar um Brasil que acredita na força coletiva, na cooperação e no protagonismo social; é celebrar homens e mulheres que, ao longo de duas décadas, mostraram que a união gera autonomia, renda e dignidade. Quero, então, deixar aqui o meu reconhecimento ao trabalho da Unicafes e também de todas as cooperativas que seguem ajudando a desenvolver nosso país. E reafirmo o meu compromisso de continuar atuando para que elas tenham cada vez mais espaço, apoio e condições para crescer, porque, onde há cooperativismo, há desenvolvimento, há inclusão e há futuro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Wellington Fagundes, por sua presença, por suas palavras. Seja muito bem-vindo na sessão.

Concedo a palavra ao Sr. Fernando Zamban, Diretor do Departamento de Parcerias e Fomento do Ministério do Trabalho e Emprego.

O SR. FERNANDO ZAMBAN (Para discursar.) – Sra. Presidente, querida Senadora Teresa Leitão, receba meu cumprimento respeitoso e meu agradecimento sincero pela iniciativa desta sessão solene que celebra o Ano Internacional das Cooperativas e marca os 20 anos da nossa querida Unicafes (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária).

Parabenizo V. Exa. pelo compromisso permanente com a agenda da economia solidária, do desenvolvimento econômico sustentável e territorial e da democracia econômica em nosso país.

Gostaria de trazer um cordial abraço do nosso Ministro Luiz Marinho e também do nosso Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária, querido Gilberto Carvalho. E também gostaria de cumprimentar os demais colegas da mesa, do Governo Federal e os Senadores que aqui se manifestaram.

É uma alegria e uma honra dividir esse espaço com uma construção conjunta histórica feita em parceria com a organização da sociedade civil, as cooperativas, e o Governo Federal, que sempre inspirou a construção de projetos alternativos de desenvolvimento para o nosso país.

Permitam-me dirigir com uma saudação muito especial à nossa querida Fátima, a Presidenta da Unicafes. Fátima, a sua liderança nos inspira, é sensível, firme ao mesmo tempo e conduz a Unicafes para um novo cenário de desenvolvimento do nosso país nos próximos anos que se avizinharam. Tem um compromisso muito sincero e honesto com o desenvolvimento solidário e sustentável no nosso país – muito valioso. Seu exemplo é muita inspiração, Fátima.

Celebrar o Ano Internacional das Cooperativas, do cooperativismo, é reafirmar o compromisso ao mundo de que a cooperação não é apenas uma forma de organização econômica, mas um projeto de sociedade – isso é importante frisar. Não é apenas para gerar renda para os trabalhadores e trabalhadoras que estão cooperados nas diversas cooperativas espalhadas pelo nosso país, é um modelo de sociedade. Um projeto que coloca as pessoas no centro, que democratiza as oportunidades e que fortalece a soberania dos povos sobre o seu trabalho, sobre os seus territórios e sobre os seus sonhos.

É nesse sentido que os 20 anos da Unicafes contam uma história de coragem e de construção coletiva. Ao longo dessas duas décadas, Fátima, a Unicafes se tornou uma referência na defesa da agricultura familiar, na promoção da inclusão produtiva e na consolidação de uma economia baseada em princípios e valores de solidariedade, de autogestão e distribuição justa dos resultados.

É graças a essa trajetória que hoje podemos olhar para o Brasil e ver, de Norte a Sul, cooperativas



que geram renda, garantem alimentos saudáveis, preservam a natureza e valorizam a vida no campo, acima do resultado econômico – colocam as pessoas no centro.

Senhoras e senhores, vivemos um momento histórico. Os debates da COP 30, entre várias coisas que lá permearam os debates, mostram que o mundo enfrenta um dos maiores desafios da nossa era, o desafio de uma transição justa, que seja capaz de enfrentar a emergência climática sem aprofundar as desigualdades, mas, sim, promovendo inclusão, trabalho digno e sustentabilidade. Novamente, uma transição que coloque as pessoas no centro do debate. Uma economia baseada nas pessoas e não no resultado econômico, e não no lucro.

Estamos convencidos, Presidente, de que essa transição passa necessariamente pela economia solidária e pelo cooperativismo solidário. Para isso, a economia precisa colocar as pessoas no centro dos seus resultados e dos seus debates.

É muito importante frisar: a economia solidária demonstra todos os dias que é possível produzir com responsabilidade, distribuir com justiça e decidir coletivamente. Mostra que a economia não precisa ser movida pela competição predatória, mas pela cooperação que transforma e integra.

Por isso, a celebração de hoje não é apenas uma celebração comemorativa, por assim dizer. Ela é também um chamado, um chamado para seguirmos fortalecendo políticas públicas, ampliando direitos, investindo em organização comunitária e colocando o cooperativismo no centro de um novo projeto de país. Nós precisamos de mais cooperação e menos individualismo, nós precisamos de mais solidariedade e menos acumulação de lucro.

Que o Ano Internacional das Cooperativas seja para nós um compromisso de país soberano, cooperativo e solidário.

Fátima, nesses 20 anos, a Unicafes nos ensinou que, quando o povo se organiza, o Brasil se movimenta e avança. Que os próximos 20 anos sejam ainda mais transformadores.

Parabéns à Unicafes! Parabéns, Presidente, pela oportunidade!

Viva a economia solidária! Viva o cooperativismo solidário no nosso país!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós agradecemos as suas palavras.

Eu concedo agora a palavra ao Sr. Eduardo Pagot, Diretor do Departamento de Cooperativismo, Apoio à Inclusão Sanitária, Agroindústria e Certificação da Produção Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

O SR. EDUARDO PAGOT (Para discursar.) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Saudando a Sra. Presidente, requerente desta sessão, Senadora Teresa Leitão, gostaria de parabenizá-la por esta homenagem destinada à Unicafes nos seus 20 anos, celebrando também este Ano Internacional das Cooperativas, instituído pela ONU.

Gostaria também de cumprimentar o colega do MDA, o Secretário Vanderley Ziger – uma história muito madura e forte no cooperativismo, como foi colocado aqui. Quero saudar também o Diretor do Departamento de Políticas de Gestão Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, o Daniel; também o Sr. Fernando Zamban, que me antecedeu aqui, Diretor do Departamento de Parcerias e Fomento do Ministério do Trabalho e Emprego; também o Sr. Diretor do Departamento de Aquisição de Alimentos do MDS, o Sr. Raimundo Nonato, e, de maneira bastante especial, a Fátima, a nossa Presidenta da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (Unicafes).

Coincidemente, estão aqui na mesa os ministérios, nossos grandes parceiros na instituição, na construção do nosso Coopera Mais Brasil, que é o grande programa de construção do cooperativismo, de fortalecimento do cooperativismo e do associativismo, da economia solidária, e que vem, então, junto



com a reconstrução do nosso MDA, desenvolvendo esse importante trabalho do fortalecimento do nosso cooperativismo.

Queria colocar aqui, Senadora e demais presentes – também cumprimentar as demais instituições, organizações aqui presentes; os nossos colegas do MDA, aqui, e da Subsecretaria de Mulheres, a Viviane Mesquita; o nosso Coordenador de Cooperativismo da Seab, o Rogério Mauro, aqui presente; e todos os Senadores que por aqui passaram –, que o nosso MDA, como todos sabem, foi um ministério extinto, e agora, na sua reconstrução, Senadora, e a Unicafes também é testemunha disso, na reconstrução do MDA, teve-se o cuidado de criar uma secretaria que tivesse, no seu nome, o cooperativismo, que é a Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar, na qual tenho satisfação de estar, juntamente com a nossa Secretária Ana Terra, que tem um papel importante na reconstrução das políticas públicas voltadas para o cooperativismo e o associativismo da economia solidária.

Dentro dessa reconstrução, a gente contou muito com a participação da Unicafes, sob a liderança da Fátima e seus companheiros, com os parceiros dos outros ministérios aqui presentes na mesa, também com as demais centrais – não é, Fátima? – que fazem parte da grande Unicopas – a Unicrab, a Unisol –, que, por muitos momentos, ajudaram, foram escutados e ajudaram a propor uma nova política de cooperativismo para o nosso Governo. A Unicafes tem um papel fundamental e tem muitos exemplos, em todo o Brasil, nessa questão do desenvolvimento, na construção de redes e na construção de centrais de comercialização, que são fundamentais para o acesso às nossas políticas públicas. A gente sabe que o nosso PAA, o nosso Pnae, as próprias compras institucionais dependem muito da organização das cooperativas para acessarem esses mercados. A Unicafes tem um papel importantíssimo nisso e tem equipes, tem uma rede de suporte para essas cooperativas.

O nosso Coopera Mais Brasil, programa que vem sendo gestionado por diversos ministérios que fazem parte do comitê gestor, tem, então, esse papel importante. Ele recentemente lançou um edital que está em avaliação para o fortalecimento dessas redes de cooperativismo, para a criação de bases de serviços que consigam chegar até as cooperativas, dando suporte para a qualificação de projetos, para acesso ao crédito, para melhorias na questão da gestão, assim como, também, a Seab e o MDA têm um programa chamado Mais Gestão, que, em parceria com as universidades federais, os institutos federais, vem trabalhando a questão do fortalecimento da gestão das nossas cooperativas e associações. Hoje, os programas do MDA, da Seab, voltados para o cooperativismo, já atendem mais de 700 cooperativas e associações e, com o novo edital, provavelmente, atingirá mil ou mais de mil cooperativas para 2026, no sentido de quê? De fortalecimento da organização para que elas accessem os mercados, sejam os mercados institucionais, as políticas públicas, sejam os mercados privados e, quem sabe, até a exportação, como já é – não é, Fátima? – na Unicafes, que já tem uma experiência muito interessante, inclusive, na organização das suas cooperativas para a exportação de produtos da agricultura familiar.

Para encerrar, então, gostaria de novamente parabenizar, na pessoa da Fátima, todos os companheiros da Unicafes e todos aqueles aqui presentes, que sabem da importância do cooperativismo na questão do desenvolvimento da agricultura familiar, no desenvolvimento da nossa economia. Como disse aqui o Fernando, a economia solidária, o cooperativismo é uma outra forma que a gente tem que enxergar com mais força dentro da sociedade, e isso tudo a Unicafes tem como exemplo nessa questão da organização.

Então, desejo aqui a todos que a gente consiga, ainda, cada vez mais fortalecer o nosso cooperativismo. Desejo aqui vida longa à Unicafes, vida longa ao nosso cooperativismo!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Sr. Eduardo.

Eu cumprimento os visitantes – que estão em visita às dependências do Senado – e concedo a



palavra ao Sr. Raimundo Donato, Diretor do Departamento de Aquisição de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, nosso último convidado a fazer uso da palavra.

O SR. RAIMUNDO NONATO SOARES LIMA (Para discursar.) – Bom dia a todas e todos.

Queria agradecer o convite feito pela Senadora requerente desta sessão, Senadora Teresa Leitão; e à Fátima também, por essa garra e essa determinação de tocar o cooperativismo pelo Brasil afora. Nós somos grandes parceiros no PAA, e sem a Unicafes, com certeza, a gente seria um pouco menos. Então, eu queria agradecer, Fátima, a sua liderança junto aos representantes que estão aqui na mesa: o Vanderley, do MDA; o Daniel, do MDS, parceiro nosso; o Eduardo, nosso companheiro lá do MDA; o Fernando, parceiro nosso também pela economia solidária lá no Ministério do Trabalho; e todos e todas que estão aqui nessa mesa.

É bom falar assim, por último, porque nós já ouvimos muitas falas, e, claro, eu vou só reforçar tudo o que já foi dito aqui e falar que o Brasil hoje não tem mais volta com relação ao cooperativismo; daqui é só para aprimorar. Não tem como a gente falar em Programa de Aquisição de Alimentos sem fortalecer as cooperativas. Não tem como falar em Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o nosso Pronaf, sem também falar em cooperativa. Em tudo o que a gente for fazer hoje neste país, a gente tem que colocar as cooperativas no meio. Não tem como mais. Isso é impossível.

O resultado é que, no último edital que a gente fez pelo MDS com a Conab, que é uma parceira nossa pelo PAA, nós tivemos 3,9 mil cooperativas que manifestaram interesse. Da mesma forma, lá pelo MDS, nós tivemos 2,5 mil municípios que também manifestaram interesse, além de todos os estados brasileiros terem demonstrado interesse também em trabalhar com o PAA. Então, isso mostra a grandeza que é o Programa de Aquisição de Alimentos e que, junto a isso, com certeza, além dos estados e municípios, as cooperativas são fundamentais para que a gente possa atender as nossas demandas.

E, assim, eu queria me ater à fala aqui do Vanderley com relação aos princípios do cooperativismo e reforçar que a gestão, a decisão inclui também as pactuações que são feitas em termos de parcerias com outros campos – isso tem sido fundamental para que o cooperativismo cresça e se desenvolva de maneira que possa atender aos seus cooperados –, mas a gente precisa avançar mais em algumas coisas – por exemplo, uma delas é a formação e a junção lá nos territórios com a população que, de fato, precisa muito do nosso apoio, e as cooperativas são um braço forte para que a gente possa atuar.

Agora mesmo, lá no Programa de Aquisição de Alimentos, nós estamos colocando em campo, em todos os estados do Nordeste, junto com o PAS Nordeste – o Vanderley tem discutido isso –, os agentes para poder fortalecer esse compromisso do cooperativismo e das pactuações que nós estamos fazendo com os estados e municípios, para que o Programa de Aquisição de Alimentos seja visto de uma forma em que a participação social seja um elemento forte nesse processo. Por isso que nós estamos apostando nessa possibilidade.

Então, para não estender mais, porque já muita coisa foi falada, quero dizer que é muito bom chegar a 20 anos da Unicafes, é muito bom a gente estar comemorando o Ano Internacional das Cooperativas e é importante que a gente comemore mais 20 anos pela frente – mais 40, mais 50, mais tantos anos –, da maneira como nós estamos fazendo e, é claro, aprimorando a cada dia mais. Nós temos dificuldade, há um processo todo que nós temos que encarar – não é fácil, a gente sabe disso –, mas a gente tem muitos guerreiros na ponta que superam tudo isso. E não é só dizer assim: “Eu acho bonito”, não. Trabalhar com cooperativos na ponta não é fácil. É muito fácil quem está na burocracia dizer que bota na mão de uma cooperativa que ela resolve. Gente, lá a coisa é outra.

É isso.



A Secretária Lilian não pôde vir, mas a gente está sempre trabalhando em prol do avanço do cooperativismo; o Ministro Wellington Dias também é um grande entusiasta do cooperativismo. Portanto, eu só queria reforçar e dizer parabéns à Unicafes pelos 20 anos. Que sigamos juntos nesses próximos anos! (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem.

Concluídas as intervenções aqui da mesa, eu não posso deixar de fazer um breve comentário dizendo da feliz coincidência de estarmos realizando esta sessão solene pós-COP. Essa é a primeira semana de trabalho do Senado após vários acontecimentos na conjuntura nacional e internacional, e um deles foi o fim, o desfecho positivo da COP 30, com homenagem espontânea e merecida recebida pela Ministra Marina Silva, durante três minutos aplaudida espontaneamente pelos participantes da COP 30, de modo que ter aqui nesta sessão representantes de quatro ministérios – do MDA, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério do Trabalho e Emprego, do MDS –, dialogando com o Senado e dialogando com a sociedade civil, aqui representada pela Unicafes, é para nós um momento muito importante, mais do que solene, como é a sessão, é um momento de renovação de nossos compromissos. Muita coisa que foi falada aqui foi aprovada nesta Casa, outras certamente virão ainda, e os senhores e as senhoras podem saber que contam com o nosso compromisso, com a nossa aliança, para que a gente possa focar naquilo que foi fala presente em todas as intervenções: o desenvolvimento sustentável com respeito às pessoas, às organizações populares, aos saberes tradicionais e ao meio ambiente. Muito já foi feito e sabemos que muito ainda temos a fazer. Contem, portanto, com o compromisso do Senado da República neste debate.

Cumprida a finalidade desta sessão especial do Senado Federal, agradeço às personalidades que nos honraram com a sua participação e declaro encerrada a presente sessão. (Palmas.)

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 49 minutos.)



Ata da 174^a Sessão, Não Deliberativa,
em 24 de novembro de 2025

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura

Presidência do Sr. Confúcio Moura.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 15 horas e 17 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Há número regimental.

Eu declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário e parlamentar.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição, que se encontra sobre a mesa, ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

Passamos à lista de oradores.

Muito bem, vamos começar com o Senador Eduardo Girão, Partido Novo, Estado do Ceará.

V. Exa. tem até 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Paz e bem, meu querido irmão, Senador Confúcio Moura, sempre muito pontual.

Quero cumprimentar a Senadora Damares Alves, os assessores desta Casa, funcionários e você, brasileira e brasileiro que estão nos assistindo pelo trabalho da equipe da TV Senado, Rádio Senado e Agência Senado.

O Brasil foi surpreendido, Presidente. Eu acredito que é uma data muito emblemática o dia 22, e tinha que ser o dia 22 pelo nível de perseguição que a gente vive no Brasil hoje, e até de crueldade, podemos dizer assim.

O brasileiro foi acordado no último sábado com um pedido completamente estapafúrdio de prisão do ex-Presidente da República Jair Messias Bolsonaro: uma pessoa que está ali, todo mundo acompanhando, todo dia na mídia, com uma vigilância ostensiva – um trabalho de fiscalização com o que existe de mais moderno pela Polícia Federal, com equipe, com equipamentos. E, a partir de uma convocação de uma vigília – olha a simbologia disso: no país mais católico do mundo, mais espírita do mundo, o segundo mais evangélico, já chegando nos Estados Unidos, que é o primeiro – uma vigília, chamada pelo filho em prol da saúde do seu próprio pai, é considerada como organização criminosa, movimento criminoso, pelo Ministro Alexandre Moraes, que se diz vítima de tudo isso e conduz processos a torto e a direito, totalmente arbitrários neste país.

Um senhor idoso, com problemas de saúde, é humilhado. Esse é o propósito do que a gente está vendo por essa cegueira política e ideológica de vingança, de revanche, como diz aquela música do grupo Nenhum de Nós:

Mas o ódio cega, e você nem percebe.

Mas o ódio cega.

É isso que está acontecendo com o Brasil. O que é que isso vai dar? Essa briga desmedida, raivosa de brasileiros. Isso vai acabar em quê? Para o Brasil, isso não está dando certo. O país está parado, cheio de problemas.

Aliás, Senadora Damares, será que em tudo isso tem uma cortina de fumaça para que a mídia coloque, num momento crucial, todos os holofotes na prisão do Presidente? Prisão? Totalmente o processo – a gente sabe, está careca de saber, todo mundo – ilegal, constitucional, não para em pé, sem prova, cheio de vícios de origem, sem devido processo legal. E aí a gente vê o holofote da grande mídia brasileira, da mídia tradicional, focando nisso 24 horas, enquanto explodem escândalos de gravidade que podem deixar petróleo, mensalão como coisa de roubinhos.

Sim, nós estamos vendo, por exemplo, a CPMI do INSS. Uma CPMI independente, que o Governo



Lula não queria de jeito nenhum, mostrando que o próprio Governo Lula já sabia e não tomou providência. Esperou o *Metrópoles* fazer matéria para começar a agir. Quantos bilhões poderiam ter sido poupadados? Quanto roubo de pessoas pobres, de pensionistas, de aposentados, de viúvas, de órfãos, de deficientes! Quantos bilhões dessa gente humilde poderiam ter sido poupadados se o Governo Lula agisse com o mínimo de responsabilidade? – no momento em que souberam os órgãos de controle, inclusive a AGU.

Agora o Lula manda para este Senado Federal o Sr. Messias, bem conhecido do brasileiro naquela época do Bessias, sendo um instrumento para usar o famigerado foro privilegiado para poupar o Lula de ser preso, Sr. Presidente. Eu digo assim, eu fiquei estarrecido quando eu vi muita gente comemorando, abrindo champanhe, sabe?

Aquilo... Eu te confesso, quando o Lula foi preso, eu tinha minha posição sobre o Lula. A gente acompanha, procura estudar. Quando o Lula foi preso por corrupção, lavagem de dinheiro, e Palocci falando de centenas de milhões de reais, pessoa próxima dizendo da roubalheira... Condenado em três instâncias, e não foi inocentado, o brasileiro precisa saber. Apenas o CEP mudou. Esse cara está na Presidência da República.

Quando ele foi preso, eu não comemorei, não, porque isso é ruim para o Brasil, isso é ruim para a nação, do aspecto de ver uma pessoa em que tanta gente acreditou, de ver um sonho de muitos brasileiros humildes, brasileiros com fé, com esperança no homem do povo... E essas pessoas, claro que sentiram.

A gente já tinha noção, pela história dele, do partido, do que ele era capaz de fazer, mas isso não é motivo para celebrar – nós estamos em um momento muito preocupante da história da nação. Isso precisa acabar, essa guerra precisa acabar, e é só com anistia, não tem outro jeito.

Para pacificar o Brasil, unir os brasileiros, para o país ir para a frente, independentemente de que governo seja: é anistia ampla, geral e irrestrita; é a reconciliação nacional tão esperada, que nós já tivemos em outros tempos, com gente que pegou em arma, com gente que fez coisas... inclusive tortura, sequestrar embaixador, assaltar banco, explodir aeroporto, em um passado recente do Brasil. E teve anistia para essa turma.

E para esses que não tiveram o direito à ampla defesa e ao contraditório, de quem não foi achada uma arma sequer – nem arma branca, faca, não foi achado absolutamente nada –, pessoas sem liderança, em uma manifestação que descambou para uma quebradeira, e quem quebrou tem que pagar, mas não com 15, 16, 17 anos, em um país em que traficante está sendo liberado, que corrupto com 400 anos está sendo liberado para curtir suas mansões, tamanha a inversão de valores.

Olha, será que é uma cortina de fumaça tudo isso? A CPMI do INSS chegando em gente poderosa... Estão blindando. A turma da base do Lula, do PT, está blindando, vota contra, está lá no painel para quem quiser ver. Mas está chegando, o brasileiro está entendendo, porque tem um Presidente e um Relator independentes, que estão mostrando para a população... Mesmo que a gente não consiga aprovar os requerimentos que a gente gostaria, mas sigilos foram quebrados no começo e mostram onde é que o dinheiro foi parar. Então a podridão está vindo do subsolo e mostrando tudo.

É isso, essa cortina de fumaça? É o fracasso da COP, lá em Belém? Um completo fracasso, vergonha sob todos os aspectos: até incêndio teve, desmatamento teve, assalto a jornalista teve. Patético, o que a gente viu. É para encobrir o fracasso que nem acordo esperado teve, o mínimo que o Governo brasileiro esperava? Ou são os Correios e Telégrafos quebrados, saqueados, dando prejuízo de novo, pedindo um empréstimo, com pires, de bilhões do dinheiro de quem paga imposto? É isso? É para encobrir?

Ou é o Banco Master, o escândalo bilionário do Banco Master? É aqui que eu quero entrar, Sr. Presidente. É aqui que eu quero entrar nessa situação.

Dei entrada, agora há pouco, numa Comissão, num requerimento para a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), aqui, do Senado Federal, para que a gente possa investigar todos os elos



desse caso, que também envolve gente muito poderosa neste país.

Eu confesso que é gravíssimo. É por isso que eu estou pedindo essa CPI e solicito a assinatura dos Senadores desta Casa, independentemente de que partido sejam. Quem quiser buscar a verdade tem o dever de assinar essa CPI, e eu vou, aqui, ficar lembrando todos os dias, para que a gente possa ter o número necessário e para que o Presidente da Casa possa ler e a gente possa instalar.

A Operação Compliance Zero, Senadora Damares Alves, da Polícia Federal, cumpriu cinco mandados de prisão preventiva e 25 mandados de busca e apreensão em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Brasília, envolvendo sócios e diretores do Banco Master. Foram apreendidas joias, produtos importados de alto valor e R\$1,6 milhão em dinheiro vivo.

A Justiça Federal autorizou a operação para apurar os crimes de organização criminosa. Aí, sim, não é vigília, não é oração que é organização criminosa. Respeitem o povo brasileiro! Respeitem a fé e a liberdade religiosa da nossa população! Até isso vocês querem atingir, poderosos de plantão? É tudo despertar. Às vezes, a gente desperta pelo amor, às vezes pela dor, de tanto vilipêndio; mas é através da paz e de uma ação pacífica, mais firme e respeitosa que a gente vai conseguir virar o jogo – esse despertar coletivo dos brasileiros. Olhem só os dados que nós trouxemos aqui.

A Justiça Federal autorizou a operação para apurar os crimes de organização criminosa, gestão fraudulenta e gestão temerária, que resultaram num rombo de R\$12 bilhões – “b” de bola e “i” de índio – no sistema financeiro do Brasil, tendo como principal protagonista Daniel Vorcaro, que foi preso no aeroporto de Guarulhos, tentando embarcar num dos seus três jatinhos, avaliados em cerca de R\$200 milhões, em direção – ele disse – a outro país.

Essa história tem início em 2017, quando o Vorcaro, aos 34 anos de idade, adquiriu o Banco Máxima, que vivia grande crise, à beira da falência. Em 2019, o negócio é aprovado pelo Banco Central e, a partir de 2021, muda o nome da organização financeira para Banco Master. Em 2024, a revista *Piauí* publicou uma extensa matéria sobre o estranho fenômeno que permitiu um crescimento meteórico entre 2019 e 2024. O patrimônio líquido do banco saltou de R\$219 milhões para quase R\$5 bilhões – “b” de bola e “i” de índio – em apenas cinco anos.

Esse crescimento anormal e extremamente rápido se deu principalmente através da emissão de uma enxurrada de CDBs, prometendo aos investidores o pagamento de juros altíssimos, muito acima da média do mercado. Com isso, acabou atraindo 1,6 milhão de credores.

Para dar o mínimo de segurança, o sistema financeiro criou o Fundo Garantidor de Créditos, que, em caso de crise – como essa em que o Banco Central decidiu pela liquidação extrajudicial do banco –, tem a obrigação de garantir a devolução de até R\$250 mil por cada CPF ou CNPJ; ou seja, o rombo pode chegar – atenção, senhoras e senhores! – a mais de R\$40 bi – “b” de bola, “i” de índio –, R\$40 bilhões!

Apesar de o fundo ter um saldo positivo de R\$140 bilhões, existe sempre o risco de a crise do Master se alastrar para outras instituições financeiras. Essa não é a primeira vez, nem a primeira crise do gênero. Vamos lembrar que, na década de 90, um grande banco quebrou – o Bamerindus, lembram-se dele? – e, depois da intervenção do Banco Central, o controle das operações financeiras foi transferido para o HSBC, num processo que levou 16 anos até a sua conclusão.

Outro caso de grande repercussão foi a falência do Banco Santos, em 2005, depois que o seu fundador, Edemar Cid Ferreira – aquele que tinha uma casa de uma quadra, com obras de arte do mundo inteiro, lá em São Paulo –, desviou R\$283 milhões. Após a intervenção, verificou-se que as dívidas do banco chegaram a R\$3 bi – “b” de bola, “i” de índio –, R\$3 bilhões.

As operações atípicas feitas pelo Banco Master começaram a chamar a atenção do mercado financeiro a partir de 2023. Em março de 2025, foi iniciada a venda de carteiras de crédito do Banco Master ao BRB (Banco Regional de Brasília) por R\$12 bi – “b” de bola, “i” de índio –, R\$12 bilhões.



Apesar da aprovação pelo Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), o negócio esbarrou no Banco Central, que apontou várias irregularidades e fez ressalvas técnicas, até que, em setembro, houve o completo voto – foi agora, dois meses atrás. A partir daí, em virtude da situação de insolvência irrecuperável, o Banco Central decidiu pela medida extrema de liquidação extrajudicial. Nesse curto período – atenção –, o Banco Master emitiu R\$50 bi – “b” de bola, “i” de índio –, R\$50 bilhões em títulos de CDBs, oferecendo juros acima do mercado.

Vorcaro circulava muito em Brasília, visando conseguir as autorizações para a expansão dos seus negócios – são os elos políticos. E o brasileiro quer saber – tem direito, é o dinheiro dele –, porque tem investimento aí de fundos, de prefeituras, de governos...

Segundo matéria publicada pela revista *Veja*, as articulações políticas junto a Deputados Federais e a Senadores envolveram também iniciativas legislativas, como, por exemplo, a tentativa de aumentar aquela garantia de R\$250 mil para R\$1 milhão – sim, o Fundo Garantidor de Créditos, quatro vezes mais.

Outra iniciativa que não avançou foi a proposta legislativa de diminuir a autonomia do Banco Central...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que felizmente teve forte repercussão negativa. Além disso, houve articulações para negócios duvidosos, com fundos de pensão, que eu falei agora há pouco, como, por exemplo, o Rioprevidência, responsável pela aposentadoria dos funcionários do Estado do Rio de Janeiro, que investiu R\$970 milhões nos papéis do Master, quase R\$1 bilhão.

Mais uma vez, ficou demonstrado o acerto do Congresso Nacional ao aprovar a autonomia do Banco Central em 2021.

Outra instituição que já passou da hora de ser autônoma é a Polícia Federal. Tem uma PEC que tramita nesta Casa, de minha autoria, nesse sentido.

Nessa mesma matéria da revista *Veja*, Sr. Presidente, consta que Vorcaro teria também se reunido com o Ministro da Casa Civil, Rui Costa. Muitos poderão dizer que tal agenda...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... não tem nenhum elemento que possa levantar algum nível de suspeição sobre qualquer aproximação com o Governo Lula, mas não podemos jamais esquecer que, antes de ser Ministro da Casa Civil, Rui Costa foi Governador da Bahia e, como Coordenador do Consórcio Nordeste, protagonizou aquele escândalo, o calote da maconha: durante a fase mais crítica da pandemia, esse consórcio, que reúne nove Governadores do Nordeste, comprou 300 respiradores sem licitação e pagou adiantado R\$48,9 milhões para a empresa Hempcare, que vendia produtos à base de maconha, que nunca entregou nenhum equipamento para o povo.

Sr. Presidente, se o senhor me der mais um minuto, eu me comprometo a encerrar. Muito obrigado.

Essas articulações também chegaram ao atual Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, que, logo depois que se aposentou como Ministro do STF, atuou por algum tempo...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... como consultor de quem? Do Banco Master.

Outra relação gravíssima foi a contratação do escritório de advocacia Barci de Moraes, dirigido por nada mais, nada menos do que Viviane Barci de Moraes, que simplesmente vem a ser a esposa de



Alexandre de Moraes. Além dela, atuam também nesse escritório dois filhos do casal.

Além disso, Sr. Presidente, em 2024, o Vorcaro foi um dos patrocinadores de um evento em Londres em que participaram três Ministros do STF, além do Procurador Gonet, da República, e o Advogado-Geral da União, Jorge Messias.

Sr. Presidente, para a frase final, no um minuto, muito obrigado.

São muitos os fatos determinados que justificam a instalação de uma CPI, que é essa que eu estou pedindo, hoje dei entrada. Alguns são tão graves que fica difícil escolher qual mais relevante.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Por essa razão, comecei a coletar as assinaturas necessárias. O Master ainda tem vinculação ao futebol, através do Atlético Mineiro, e existem indícios de alguma conexão, inclusive, com organizações criminosas, como o PCC.

Por tudo isso, é o nosso dever aprofundar as investigações, pois, além do próprio rombo, que pode chegar a R\$50 bilhões, há claros indícios do envolvimento de autoridades dos três Poderes da República.

Eu encerro com esse profundo pensamento de Joanna de Ângelis, mentora do médium baiano Divaldo Pereira Franco, que desencarnou este ano, abro aspas: “Sempre que algumas vantagens para ti ofereçam danos para outrem, recusa-as, [...] [porque] ninguém poderá ser feliz erguendo a sua alegria sobre o infortúnio do seu próximo.”

Que Deus abençoe a nossa nação, e que tenhamos uma semana produtiva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado e parabéns, Senador Girão.

Vamos em frente.

Passo a palavra para a Senadora Damares Alves, Partido Republicano, Brasília.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Bom dia... boa tarde, Presidente! Boa tarde, Senadores – Senador Girão, Senador Humberto.

E que alegria, de novo, estar na tribuna com o Senador Confúcio presidindo.

Ô, Rondônia, vou reiterar meu amor e minha admiração pelo Senador Confúcio.

Antes de eu entrar no assunto que me traz a esta tribuna, quero cumprimentar os visitantes que estão na galeria: sejam bem-vindos ao Senado Federal!

Eu quero lembrar aos colegas que novembro ainda é roxo. Nós estamos no mês de conscientização sobre a prematuridade, e eu tenho na mesa dois médicos – um, inclusive, ex-Ministro da Saúde, e sei o que você fez pela prematuridade, Senador Humberto. E quero dizer, para todos no Brasil, que são 300 mil bebês que nascem prematuros no Brasil por ano.

Senador Girão – o senhor que é apaixonado pela pauta –, semana passada eu conheci um menininho que nasceu com 25 semanas. Esta semana eu vou conhecer uma menininha de Brasília que nasceu com 24 semanas. A fetologia está cada vez mais avançada. Os nossos médicos – os nossos especialistas na área da neonatologia – estão cada vez melhores. E o Brasil tem conseguido manter vivos bebês prematuros extremos. Parabéns a todos envolvidos com essa pauta.

Eu quero muito agradecer tanto o colega Humberto, como o Girão, como o Senador Confúcio Presidente. O Senado entregou para o Brasil uma lei extraordinária, que foi a extensão da maternidade para a mãe de prematuro. Agora a licença-maternidade só começa quando a mãe sai do hospital com o bebê. Às vezes ela fica cinco, seis meses no hospital, e agora a licença-maternidade só começa a contar a partir do momento em que ela sai. É o Senado dando respostas.



Quero lembrar à população brasileira que o Senado tem dado respostas em muitas áreas. Às vezes, Senador Humberto, Senador Confúcio, Girão, nós somos tão criticados: “Cadê o Senado?”, “O Senado não está fazendo nada!”. Nós estamos fazendo entregas; é que as pessoas não estão observando. E quero falar exatamente, Senador Girão, sobre o tema que te trouxe aqui à tribuna: cadê o Senado com relação à corrupção?

Nós estamos com uma CPMI funcionando, sob a liderança de um grande Senador, que é o Senador Carlos Viana, e que está trazendo à luz tudo o que estava obscuro. E nós temos, em paralelo, uma CPI do crime organizado acontecendo também nesta Casa. Nós temos a Comissão de Fiscalização e Controle financeiro, que também está investigando. Nesse exato momento, enquanto eu estou aqui na tribuna, estão reunidos os técnicos do TCU e da Comissão, ali, lendo documentos sobre os Correios – eu vou descer da tribuna e vou correr ali para uma reunião com os técnicos. Nós temos uma proposta de fiscalização e controle lá na Comissão de Controle e Transparência, investigando tudo o que está acontecendo com os Correios.

Então, o Senado tem dado respostas, tem. E, daqui para a frente, mais respostas serão cobradas de nós.

E eu subo a esta tribuna hoje triste, muito triste com o que aconteceu no final de semana com relação ao Presidente Bolsonaro. Semana passada, eu usei a tribuna, fui muito veemente, porque havia uma possibilidade de o Presidente Bolsonaro ser levado para a Papuda. Alguns acharam que eu fui profetisa do caos, que eu não deveria ter ido à Papuda. Eu fui, eu fui porque a gente sabia que a chefe de gabinete do Ministro Alexandre tinha ido lá fazer reserva de cela para o Presidente Bolsonaro. Se a gente não tivesse feito o nosso relatório para dar subsídio aos advogados de Bolsonaro, que, na sexta, já reconhecendo que os recursos não seriam aceitos, na sexta-feira pediram a prisão domiciliar de Bolsonaro... O nosso relatório é um relatório técnico, construído a várias mãos aqui no Senado, ajudou a defesa do Presidente Bolsonaro a pedir a prisão domiciliar. E eu aguardo que a sentença do Presidente seja uma prisão domiciliar, a decisão pela execução, apesar de que hoje o Supremo já deu maioria dos votos pela manutenção da prisão preventiva, uma prisão preventiva indevida, descabida, a gente sabe disso. O Presidente Bolsonaro, houve aquele episódio em que ele violou a tornozeleira, mas a tornozeleira foi trocada de madrugada, então não havia nenhum risco de fuga – nenhum risco de fuga –, um homem doente, está comprovado que está doente no físico e nas emoções, os remédios provocaram, inclusive, reações inesperadas no Presidente, e a gente está entendendo aí que parece que vão mantê-lo numa prisão preventiva até o final do julgamento dos recursos, que a gente já sabe que serão rejeitados.

Eu tenho subido a esta tribuna inúmeras vezes para me dirigir ao Judiciário, e eu tão somente faço o que os partidos de esquerda fizeram num período não muito longe, quando não se conformaram com decisões da Lava Jato, por exemplo, Senadores ocupavam esta tribuna de forma muito veemente; também faço quando Senadores de esquerda também ocupavam esta tribuna quando este Plenário decidiu pelo *impeachment* da Presidente Dilma. As minhas manifestações são legítimas porque eu não concordo com as decisões desse Judiciário hoje em relação ao Presidente Bolsonaro, em relação aos presos de 8 de janeiro. E todos, por mais que não gostem do Presidente Bolsonaro, já entenderam que nós estamos vivendo uma ditadura, Senador Girão, e já entenderam que, daqui a pouco, quando a vítima não for mais Bolsonaro ou não forem mais os presos do 8 de janeiro, outros serão vítimas dessa ditadura, desse Judiciário injusto, que, infelizmente, tem juízes indignos, juízes injustos. E a história vai falar sobre isso, os próximos acontecimentos vão falar sobre isso.

A prisão do Presidente Bolsonaro esse final de semana foi uma prisão desnecessária, numa semana que nós aqui no Senado vamos ter que ter muita serenidade para conduzir outros debates. E eu temo que essa prisão tenha vindo exatamente, Senador Girão, para nos desviar do foco de debates muito importantes,



e um deles vai ser com relação ao Banco Master. Senadores, vamos nos manter no equilíbrio e com sabedoria, e vamos ter cuidado também nas acusações com relação ao Banco Master. Algumas pessoas estão perguntando: “Por que vocês estão perdendo tempo se é uma questão privada, um banco privado”. Não é. Infelizmente, o Banco Master, esse escândalo arrastou alguns fundos de pensões públicos, e aqui cabe a nós, Senadores, entendermos o que aconteceu. “Mas o pessoal do Estado se corrompeu”. Gente, cuidado! Eu quero muito cuidado com isso. O que foi oferecido de vantagem para os fundos... Imagine, Senador Girão, um banco que está em tudo que é jornal, como sucesso de lucro. Aí imagine um fundo de pensão lá no município do interior de São Paulo, alguém chegar e dizer: “Esse banco é bom, descobriu a forma do lucro. Venham para cá”. Eles foram.

A gente vai ter uma CPI – acabei de assinar seu pedido de CPI –, porque nós queremos entender quem enganou os fundos de pensões no país. Não podemos agora criminalizar os fundos, precisamos entender quem vendeu o conto da sereia para esses fundos, quem levou tanta gente ao erro e à corrupção, quem foi o autor das ideias mirabolantes de criar os papéis podres – porque o que está acontecendo, nessa questão do Banco Master, são papéis podres que foram criados –, quem foi o engenheiro disso, que vai levar muitos fundos de pensões à falência. E quase que a gente aqui no DF teve uma derrota absurda se o BRB tivesse comprado esse banco de títulos podres, esse banco de mentira.

“Mas só foram os órgãos públicos que foram enganados?” Não. Grandes investidores. Gente, eu fico pensando nesses bilionários que colocaram seus dinheiros lá, esses bilionários que têm um corpo técnico, que têm consultores econômicos. Como é que esses bilionários que investiram nesse banco podre foram enganados? Como? Estava todo mundo com uma venda? O que aconteceu? Eu sou evangélica e, às vezes, eu falo, enquanto estou pastora, que o diabo cega. Há um espírito de corrupção nesta nação que às vezes cega as pessoas. Como é que grandes investidores não viram que o Banco Master era um banco de mentira, era um banco podre com dirigentes que queriam induzir um monte de gente ao erro?

Essa CPI, se instalada, Senador Girão, vai ter que ser conduzida com muita serenidade. Quem são os advogados que estavam envolvidos nisso, que ajudaram a construir esses títulos podres? Quem são os consultores desse banco? Quem são os arquitetos de tudo isso? Porque o prejuízo já está posto, investidores perderam, fundos de pensões estão perdendo, municípios estão perdendo. O Estado do Amapá, o instituto de previdência do Amapá investiu R\$100 milhões nesse banco podre, nesse banco de mentira.

Então, nós vamos ter que ter muita serenidade para dar as respostas que o Brasil quer. A CPI do Banco Master é possível que leve alguns nomes de gente muito próxima de todos nós, e nós vamos ter que ter a serenidade de separar o joio do trigo e de investigar.

Senador Girão, e não é só a questão do escândalo do Banco Master, outras situações aqui... Nesta semana, o Senado seria palco de grandes esclarecimentos com a CPMI do INSS, que foi cancelada hoje, por causa de mais um *habeas corpus*.

Então, eu acho que o nosso maior desafio agora vai ser entender todos os esquemas de corrupção – porque, infelizmente, todas as vezes em que a gente fala de corrupção no Brasil, o Judiciário está envolvido.

Eu espero que o Brasil não se esqueça de que nós estamos investigando, também, está tendo uma investigação no Brasil sobre a venda de sentenças no STJ, e está pegando muita gente. Então, é um Judiciário ideológico – um Judiciário, infelizmente, com uma tendência muito, muito ideológica –, mas também com alguns elementos lá dentro ligados a projetos e processos de corrupção.

Nós teremos que ter um foco esta semana, porque nós, Senadores, apesar das nossas diferenças políticas, estamos todos com muita vontade de subir na tribuna, gritar e berrar esta semana. Mas esta semana, nós teremos que ter um foco: o que foi que aconteceu com o Banco Master? A gente tem a prisão de Bolsonaro para continuar acompanhando e, claro, Senador Girão, a luta pela anistia. Nós,



conservadores, vamos continuar gritando e pedindo anistia.

Às vezes, eu entendo que os Presidentes das duas Casas estavam esperando o melhor momento para a gente pautar anistia. Este é o melhor momento, estamos às vésperas do Natal. Nós vamos condenar aquele povo inocente a passar mais um Natal no cárcere? Nós vamos terminar este ano, na véspera de ano eleitoral, sem decidir a questão da anistia? O Congresso Nacional terá que ser muito maduro e este Senado terá que ser muito maduro. E a pauta da anistia é legítima, oportuna e necessária.

Fui Ministra dos Direitos Humanos, analisei mais de 13 mil pedidos de anistia, essa é uma pauta que eu estudo há muitos anos. O nosso pedido é legítimo, atende a todos os requisitos legais para que a anistia seja declarada no país, aos presos políticos de 8 de janeiro e a outros agentes – que tenha um efeito, também, extensivo a outros agentes. Sabe por quê? Porque em 2026, a gente tem que ter uma outra pauta para discutir. Eu quero ir para a campanha de 2026 e falar de projetos para a nação. Eu não queria mais que, em 2026, os palanques fossem só com um único tema: anistia e não anistia, golpe e não golpe.

O Brasil vai precisar ouvir em 2026, de nós, candidatos – vocês, que serão candidatos, eu não serei –, propostas para a nação. O Brasil precisa de propostas. Enquanto tudo isso está acontecendo, Senador Confúcio, tantas brigas – parece que o Brasil se dividiu agora em anistia e não anistia –, nós estamos com tantos problemas, tantas crianças sendo assassinadas. E um detalhe que está me apavorando nos últimos dias: pai e mãe matando criança; pai e mãe enjaulando criança, torturando criança, cimentando criança, Girão! Crianças sendo enterradas, sendo cobertas por cimento no Brasil. Está um horror!

Então, do que nós precisamos em 2026? De um debate sério de propostas para a nação. Para o seu estado, Girão, que está submerso na violência. Para o seu estado, Senador Confúcio, que tem tantos conflitos em áreas rurais. Em 2026, a gente tem que acabar com essa briga de direita e esquerda, anistia e não anistia, e entregar para o Brasil projetos, propostas, porque eu quero ganhar do PT na urna; eu quero convencer o Brasil, Senador Humberto, que a minha proposta é melhor que a do PT. É esta que tem que ser a nossa briga: em projetos, em propostas, e não em ataques.

Eu tenho subido a esta tribuna e tenho sido, o máximo possível, coerente no meu discurso. Exagerei quando as decisões vêm do Judiciário, entendo que há um Judiciário injusto no meu país e um Judiciário responsável por 80% das tensões que estamos vivendo hoje, um Judiciário do qual de alguns eu posso citar nomes e de um deles eu não posso descer da tribuna sem falar, que é o Alexandre de Moraes.

Este final de semana... Eu sei que o Estado é laico, mas eu posso expressar minha fé na tribuna. Esta semana eu fui desafiada a orar por Alexandre de Moraes e por duas vezes eu perguntei: Deus, é isso mesmo o que o senhor quer de mim? Peça para outro. Acreditam que eu me ajoelhei e orei por Alexandre de Moraes? Para que aquele coração seja convertido, para que ele tenha um pouco de piedade em suas decisões injustas, que estão provocando tantas tensões no Brasil.

E aqui eu encerro as minhas palavras, Presidente Confúcio, desejando que tenhamos uma semana de equilíbrio.

Se eu precisar subir à tribuna brava com o Alexandre, vou subir, vou chegar em casa, vou pedir perdão a Deus e vou continuar orando por ele. Tenho essa legitimidade como Senadora, mas não posso deixar de chamar a atenção dos colegas: nós temos temas extremamente importantes esta semana para discutir e acho que o tema guarda-chuva vai ser o Banco Master, porque é possível que a gente chegue lá ao Judiciário, esse Judiciário que está causando tanta tensão no país.

Que Deus o abençoe, meu Presidente Bolsonaro, já fiz as minhas manifestações em vídeos no final de semana sobre esta prisão. Que Deus abençoe a família Bolsonaro. Que Deus abençoe o Brasil. Que Deus dê sabedoria ao Hugo Motta, ao Davi Alcolumbre. Que Deus nos dê a serenidade necessária, Senador Humberto, mesmo a gente estando em lados diversos. Que a gente possa dar as respostas que o Brasil quer agora.



Chega de briga e de tensão, e que Deus dê juízo ao Ministro Alexandre de Moraes.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Isso. Parabéns, Senadora Damares Alves.

Vamos em frente. Agora é o Senador Humberto Costa, do PT, do Estado de Pernambuco, pelo tempo de 20 minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, público que nos acompanha pelos serviços de comunicação do Senado Federal e que nos segue pelas redes sociais, naturalmente, no dia de hoje, o meu discurso tratará da prisão preventiva determinada pelo Supremo Tribunal Federal em relação ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, mas não posso, também, deixar de fazer aqui uma manifestação sobre esse escândalo do Banco Master.

Sem dúvida, é algo que assusta a todo o país: como um aventureiro, num espaço de cinco anos, se torna um bilionário à frente de um banco que ele comprou em situação de absoluta falência, que conseguiu, principalmente pelos meios políticos de que dispõe, as amizades, as relações com muitos políticos no nosso país, chegar a essa condição, inclusive de, até o presente momento – o presente momento, não, mas até bem recentemente –, atuar de forma impune.

Mas é bom lembrar, aqui foi dito que algumas das vítimas da atuação do Banco Master são fundos de pensão de alguns estados. Por exemplo, o Estado do Rio de Janeiro: quase R\$1 bilhão aplicado no Banco Master. Quem é o Governador do Estado do Rio de Janeiro? É o Sr. Cláudio Castro, um dos ícones da extrema direita brasileira, sondado até como eventual candidato à Presidência da República depois daquela operação realizada no Rio de Janeiro, em áreas da periferia.

Depois, o Banco Regional de Brasília. Esse ainda foi pior, porque comprou papéis que não tinham nenhum valor, inteiramente falsificados. E o Banco Regional de Brasília não só foi vítima desse golpe, no valor de R\$12 bilhões, como também tentou, por diversos meios, adquirir esse banco. Chegou a injetar recursos dentro do banco. E quem é o responsável pelo Banco Regional de Brasília? É o Governador Ibaneis Rocha, também um ícone da extrema direita. Dizem que ele não consegue mais dormir, tem que tomar aqueles remédios que Bolsonaro estava tomando, porque ele não consegue dormir, porque a denúncia que está feita mostra claramente a conivência, o interesse que tinha o próprio Governo de Brasília em adquirir aquela massa podre do Banco Master.

Portanto, é importante que se investigue mesmo, é fundamental que se investigue. É fundamental que se investiguem os Parlamentares que apresentaram projetos de lei para elevar os recursos do Fundo Garantidor de Crédito de R\$250 mil por pessoa para R\$1 milhão.

Veja que ousadia: apresentaram um projeto de lei para ampliar a garantia de pessoas lesadas de R\$250 mil, que é o que cada um vai poder receber. Muita gente vai perder muito dinheiro, fundos de pensão vão ter que esperar a liquidação total e a venda dos bens do Banco Master para saber a que é que vão ter direito. E essas leis que foram aprovadas aqui, pela genialidade de alguns... Não foram aprovadas, né? Graças a Deus! Estavam no caminho de serem votadas. E a pressão que foi feita para obrigar o Banco Central a aceitar a venda do Banco Master ao BRB.

Hoje os jornais falam de pressão incomensurável sobre o Banco Central. Chegaram a apresentar – apresentar, não, a resgatar – um projeto de lei que estava lá na Câmara, para dar ao Congresso Nacional o direito de promover *impeachment* de membros do Banco Central.

Qual era o objetivo disso? Era uma chantagem, era uma ameaça: “Ou vocês aprovam essa compra [que ia terminar de quebrar o Governo de Brasília] ou então nós vamos tirar vocês do Banco Central”. Por isso, é fundamental que se faça mesmo essa investigação. Cada um, não interessa de onde, tem que responder por relações que tinha ou por ações que beneficiaram o Banco Master.



Mas, Sr. Presidente, eu quero, como eu disse, falar sobre a decisão do Supremo. Não é mais uma decisão monocrática do Ministro Alexandre de Moraes, mas, por unanimidade, o Supremo manteve a prisão preventiva de Jair Bolsonaro.

Obviamente, não é do meu feitio, nem eu vou aqui fazer chacota com a desgraça de quem quer que seja, mas nós passamos por uma situação como essa quando o Presidente Lula foi preso: as chacotas, as brincadeiras, aquele boneco, a agressividade e a parcialidade do Poder Judiciário – especialmente do juiz que comandava aquele processo, o hoje Senador Sergio Moro, do Tribunal Regional daquela região – por coisas que ninguém lembra.

Ninguém lembra que o Presidente Lula foi impedido de acompanhar o funeral do seu irmão no período em que estava preso. O Presidente Lula quase foi impedido de acompanhar o sepultamento do seu neto, foi proibido de falar no sepultamento do seu neto, foi proibido de dar entrevistas. Então, os que hoje vêm defender um processo de que o ex-Presidente estaria sendo perseguido deveriam se lembrar disso.

O próprio Presidente Bolsonaro sempre foi uma pessoa que escarneceu dos direitos humanos para presidiários. Ele dizia o tempo inteiro... De um tempo para cá, como algumas pessoas foram presas pela tentativa de golpe de Estado, ele passou a defender, junto com outros que estão aqui, que as pessoas tenham – como devem ter, todos devem ter – os seus direitos humanos respeitados.

O que aconteceu, Sr. Presidente, foi um processo justo, de mais de dois anos – mais de dois anos entre a investigação e o julgamento final –, um processo legal, em que houve direito de defesa, em que houve direito de contestação de provas e argumentos do Ministério Público, um processo que está prestes a transitar em julgado.

E o que é que aconteceu? O Presidente da República, ex-Presidente, resolveu protagonizar um escândalo ao tentar, em meio à prisão domiciliar que o beneficiava – e ele foi para a prisão domiciliar porque a sua própria condição de saúde foi levada em consideração naquele momento –, romper a tornozeleira eletrônica, na madrugada do último sábado.

Quem ontem assistiu ao Fantástico viu como funciona o sistema de monitoração das tornozeleiras eletrônicas e que pessoas que agem como ele agiu terminam sendo presas em outro lugar. Por quê? Porque quando alguém quer romper a tornozeleira eletrônica, obviamente não é por curiosidade. Para saber como funciona basta dar um Google, que você sabe. O que aconteceu foi uma tentativa de destruir a tornozeleira eletrônica e criar condições para uma fuga.

Vamos lembrar que o ex-Presidente Bolsonaro dormiu, alguns anos atrás, duas vezes, na Embaixada da Hungria. Ele disse que foi lá para conhecer, para saber como é que era. Tudo o que se pôde apurar, então, era que ele estava imaginando como faria num eventual pedido de exílio ao Governo de extrema direita da Hungria.

Depois, veio a cogitação – que não foi uma cogitação, de ouviu falar, estava em documentos, estava em celulares – de que ele iria pedir asilo diplomático ao lunático Presidente da Argentina, o Sr. Javier Milei. Depois houve uma denúncia do Líder do PT na Câmara, mostrando que da Casa de Bolsonaro até a Embaixada dos Estados Unidos eram 15 minutos.

Ora, se alguém que está em prisão domiciliar – com uma tornozeleira eletrônica – já tem o antecedente dessas duas situações, tenta retirar a tornozeleira, o que é que a Justiça tem que pensar?

Além do mais, ao mesmo tempo, um Senador desta Casa, filho do Presidente Bolsonaro, resolve convocar uma vigília, uma vigília para a frente da casa do Presidente, no momento em que ele estava tentando retirar a tornozeleira eletrônica. O que é que qualquer um de nós pensaria como juiz desse caso? Ora, estão montando isso aí para ser um anteparo para que o Presidente, o ex-Presidente, possa fugir.

Então, a medida que foi tomada é uma medida preventiva, que foi consolidada pelo conjunto da Primeira Turma. E é muito estranho! Não sei como é que alguém tem um ferro de soldar dentro de casa



se não é soldador? Não imagino que o Presidente, na sua casa, quando tenha um objeto que quebre, vá lá soldar. Não é? Qual a intenção desse tipo de coisa?

E vejam, ele estava em prisão domiciliar não por conta do processo que respondeu e foi condenado no Supremo; era por conta da ação que ele e o seu filho, Deputado, que está nos Estados Unidos, fizeram para coagir o Supremo Tribunal Federal. E quem pagou o pato dessa coação foi o povo brasileiro, com o tarifaço que foi adotado pelo Presidente Trump, e também houve pessoas importantes da República que sofreram com as sanções da Lei Magnitsky, inclusive membros do Poder Executivo, funcionários públicos, Ministros do Supremo. Então, não era nem por isso que ele estava na prisão domiciliar.

Lógico que as alegações dos advogados, as orientações dos advogados, para que o ex-Presidente dissesse na audiência de custódia, eram de que aquilo foi por conta de medicamentos que ele estava tomando. Sim, aqueles medicamentos podem gerar algumas situações de confusão mental, de alucinações, mas é menos de 2% dos casos, menos de 2% das complicações, e um surto que começou de noite e, pouco tempo depois, já se extinguiu... Sinceramente, eu não consigo muito entender.

Então, a Justiça não podia fazer outra coisa, porque os antecedentes estão aí. O Sr. Alexandre Ramagem, Deputado Federal, estava fazendo chacota com o povo brasileiro, lá nos Estados Unidos, dizendo que estava sob a proteção do Governo. Fugiu do Brasil. Ele não podia sair do Brasil, foi sem passaporte – sem passaporte –; saiu ilegalmente. Dizem que foi lá pelo Paraguai e, de lá, seguiu em frente com o apoio do Governo americano. Então, o que é que o Ministro Alexandre Moraes poderia pensar? A Sra. Carla Zambelli fugiu também; agora está presa lá na Itália e deve ser deportada para o Brasil para cumprir pena aqui.

Ou, por outro lado, se realmente é verdade que ele estava sob um surto, ele não estava sozinho em casa. Será que ninguém viu? Será que ninguém, naquele momento, não mandou buscar um psiquiatra para ver o que diabo era aquilo, se o remédio estava causando aquilo que é possível causar? Será que o deixaram sozinho, sabendo que ele está vivendo um momento de extrema dificuldade? E nós reconhecemos isso.

Mas o fato é que agora ele chegou ao fim da linha. Não acredito que, depois de tantos ataques violentos às medidas cautelares, será fácil o Sr. Jair Bolsonaro garantir a prisão domiciliar. Acho difícil que a Justiça aceite.

Acho que, se realmente for necessário, se houver laudos médicos comprovando essa necessidade, é possível, sim, e se deve aceitar; mas, diante dessa ação reiterada, uma ação de alguém que pratica o crime de forma contumaz, como é que o Supremo vai poder tratar alguém que menospreza as próprias decisões do Poder Judiciário? Mas isso caberá ao próprio Supremo Tribunal Federal.

Mas, agora, o que tem que acontecer é o que já está acontecendo: é o regime fechado, é o cumprimento da pena. E, essa semana, quando terminarem todos os recursos possíveis – que agora são protelatórios, porque não há mais condição de terem guardada dentro do Supremo Tribunal Federal –, o que resta é o cumprimento da pena.

Na verdade, por que é o fim do mundo? O Presidente Lula passou 560 dias preso na Polícia Federal, em Curitiba, e, em nenhum momento, ficou se lamuriando, se lamentando. O que ele fez o tempo inteiro foi denunciar o *lawfare*, a injustiça, a perseguição, lutou até o fim, até que a sua inocência foi reconhecida, e saiu da cadeia, praticamente, para se tornar Presidente da República. O homem que dizia, durante a pandemia, com milhares de pessoas morrendo: “Vamos acabar com o mi-mi-mi”. O que é isso agora?

Então, eu entendo que será muito difícil que essa conclusão desse processo não vá terminar em cumprimento de prisão em regime fechado, em um lugar adequado, que respeite a condição dele, da sua idade, da sua saúde, da condição de ex-Presidente da República. Existe, aí, um simbolismo...



(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... também, que me parece que as pessoas tentam colocar como uma coisa do outro mundo – aí se fala nessa questão da Papuda. Eu não estou defendendo ninguém ir para a Papuda, mas quanta gente que ficou presa ali? Quantos políticos, empresários que foram presos. Essas pessoas não ficam ali, no lugar, juntamente com os demais presos, e eu não desejo nem defendo que o Presidente, o ex-Presidente, vá lá para a Papuda, mas nós entendemos que, agora, o que falta é, realmente, um cumprimento da pena.

E eu vou mais além, isso vai mais além: o Presidente Bolsonaro foi condenado junto com os seus assessores a 27 anos de cadeia por uma tentativa de golpe de estado. Eu imagino que...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... se aquele golpe tivesse dado certo, onde é que estaria o respeito aos direitos humanos? Muitos de nós teríamos sido assassinados, presos, torturados, exilados. Com toda certeza, teríamos os mandatos cassados.

Portanto, o Presidente está tendo todas as garantias e o respeito aos seus direitos humanos. E, com certeza, ainda tem uma conta para ser paga às 700 mil pessoas que morreram na pandemia pelo descaso do Governo Bolsonaro, pela demora em comprar as vacinas, pela adoção de medidas que não eram as medidas de isolamento, mas de exposição das pessoas para que elas adquirissem a doença.

Então, Sr. Presidente, eu vou concluir aqui.

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Mas quero repetir: todos nós defendemos que o Presidente da República, o ex-Presidente Bolsonaro, tenha direito a tudo que for necessário para a preservação da sua saúde e para o respeito aos direitos que ele tem e que todos os outros seres humanos têm também. Mas tentar desqualificar a decisão do Supremo quando estava claro que a tentativa de romper aquela torneira eletrônica ia desembocar numa tentativa de fuga é algo que só as pessoas que não conseguem enxergar um passo à sua frente podem imaginar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para discursar - Presidente.) – Muito bem. *(Pausa.)*

Não havendo outros oradores inscritos, eu vou usar um curto espaço de tempo aqui na Presidência para falar de outros assuntos que não foram esses dos três oradores que me precederam, que foram o Banco Master e a prisão do ex-Presidente Bolsonaro.

Hoje eu vou falar de uma visita que eu fiz. Fazia 25 anos que eu não visitava a minha cidade natal, aqui no Estado do Tocantins – eu sou goiano. Antigamente era um estado maciço, único, e a região em que eu nasci, hoje, pertence ao Estado do Tocantins. E fazia 25 anos que eu não visitava a cidade. Logicamente, muitos dos meus parentes já faleceram, os mais antigos, e ainda tinha lá um pouco deles, e eu resolvi fazer uma visita e visitar a cidade em que eu nasci aqui no interior do Estado do Tocantins.

Quando eu saí de lá, era Sertão bruto, era Sertão bruto que não tinha transporte. Inclusive, a minha viagem, como aluno – com 17 para 18 anos, saí da região – foi na carroceria de um caminhão até chegar em Goiânia. E agora retorno àquela cidade, depois de 60 anos que eu saí de lá, e 25 anos da última visita. Achei uma cidade transformada. Achei uma cidade bonita, uma cidade bem administrada. Encontrei com meus parentes, meus amigos, envelhecidos como eu, e foi um encontro extremamente emocionado, muito satisfeito.

A primeira visita que fiz foi ao Prefeito da cidade, que já tem quatro mandatos, que é meu primo,



José Salomão Jacobina Aires, a ele e alguns Vereadores na sua própria residência. Foi na quinta-feira, à tardezinha. Fiquei muito satisfeito com os seus mandatos sucessivos. Ele é do Partido dos Trabalhadores.

Fui visitar também um dos homens mais extraordinários do Brasil, hoje, com 97 anos de idade, e seu irmão, Wilson Araújo. Ele, que foi Prefeito, chamado Hagahús Araújo, ele foi Prefeito da cidade com 25, 26 anos de idade; Deputado Estadual, quando era Goiás. Ele ia para a Assembleia de bicicleta, Hagahús Araújo. E depois foi Deputado Federal aqui em Brasília, sempre defendendo um modelo alternativo de educação. Hoje ele está com essa idade, muito lúcido, tranquilo, ainda escreve, irreparavelmente correto, tudo muito certinho, e é um homem a que eu, inclusive, quando eu era Deputado Federal, na década de 90, apresentei, na Comissão da Educação, uma homenagem a ele com o Prêmio Darcy Ribeiro.

Naquela época, antiga, de sertão, muito pobre, ele se insurgiu contra a desgraça e a miséria, e criou uma instituição para abrigar essa pobreza, trazer e alimentar esses meninos que eram esfomeados e sem menor chance de prosperidade. Ele criou o Instituto de Menores da Cidade de Dianópolis, que hoje é instituto federal de educação.

Ele fez isso por muitos anos – ele e seu irmão, Dr. Wilson, os dois integrados no mesmo objetivo – e a sua esposa leal, Josa Wolney, fizeram toda essa revolução no Sertão goiano antigo.

E, lá na casa dele, ele serviu para a gente um lanche à base de soja. Todos os produtos – leite de soja até o café de soja – que ele mesmo, com a sua auxiliar, foram trabalhando as alternativas alimentares para o povo brasileiro, a proteína barata que é através da soja. Faz-se tudo com a soja, inclusive o café de soja. Eu tomei café de soja. Tudo, todo tipo de ingrediente que você pensar aí, pode ser feito a partir da soja.

Fiquei muito satisfeito em vê-lo vivo, saudável, embora idoso, com a sua lucidez, com o seu exemplo que me inspira muito: a vida e a obra do Deputado, do Prefeito Hagahús Araújo.

Eu continuei essa peregrinação nesse final de semana, visitando colegas que eu não via também há 60 anos. Encontrei duas colegas que eu não via há muitos anos. Foi um encontro muito agradável e muito emocionado de colegas de escola lá do passado, do curso ginásial – como a gente chamava antigamente –, hoje, o ensino fundamental.

Esta cidade do Tocantins, Dianópolis, tem alguns detalhes importantes. Lá é um berço da intelectualidade. Lá têm inúmeros poetas, inúmeros escritores, inúmeros compositores, artistas famosos. Isso tudo a gente deve, primeiro, a Hagahús Araújo e a umas freiras espanholas que, nos anos 50, com imenso sacrifício, se instalaram na cidade, junto com um Padre chamado João Magalhães, para educar aquelas famílias até o nono ano de hoje, que era a quarta série ginásial naquele tempo. Isso fez uma diferença imensa.

Quando eu cheguei aqui na Câmara dos Deputados, como Deputado Federal, nos anos 90, encontrei vários funcionários da Câmara que eram educados nesse Instituto de Menores, que eram aquelas pessoas mais pobres – pobreza feia, pobreza desigual, pobreza profunda – que Hagahús chamava para educar, educava e soltava esse menino para o mundo, e alguns funcionários da Câmara e do Senado vieram de lá. Isso é para vocês verificarem a importância da educação transformadora e que todas as pessoas têm condição de ascender a espaços sociais e econômicos a partir de uma educação bem-feita.

Então essas freiras fizeram toda essa revolução com o Prof. Osvaldo, que era um intelectual fantástico, de transformar essa massa de jovens em intelectuais, poetas, escritores e tudo o mais.

E eles são tão vaidosos com a sua cidade, que lá numa praça, em todo lugar que você vai na cidade tem lá: “eu amo tal cidade”, “eu amo tal”. E lá tem escrito o seguinte, na praça principal: “Dianópolis, a capital do mundo” – a capital do mundo. Uma cidade de 20 mil habitantes é a capital do mundo para os seus moradores. Olha o orgulho dessa cidade. Olha a vaidade dessa cidade: “A capital do mundo”. É fantástico.

E a gente foi andando, conversando... Eu me hospedei na casa de dois colegas, amigos, que são o



José Alencar, que é aposentado aqui do TCU, mas é de lá, que é um gênio, escritor, compositor, músico, violonista, tudo ele é; e a sua esposa, Iara Araújo, que é filha do Hagahús e é aposentada, hoje, da Câmara dos Deputados.

Eles retornaram para lá, e ele é advogado, continuou advogando, ganhou dinheiro, e foi comprando aquelas fazendas da nossa saudade, dos nossos 60 anos atrás. Onde tinha pasto, ele mandou tirar os bois e deixou a floresta se regenerar. Eles compraram outra área, onde tinha a única queda d'água que não virou pequena central hidrelétrica. Foi essa que eles foram lá, compraram e transformaram em um regime privado de florestas, que é deles, mas é patrimônio do povo brasileiro, e intocável, cercada de soja por todos os lados, mas lá, não. Lá, a Cachoeira do Calixto continua preservada, linda, maravilhosa, fotografada e visitada, mas ninguém pode tocar naquela área – para você ver a grandeza das pessoas.

E o José Alencar me falou o seguinte: “Eu não gosto de boi; eu gosto é de pássaro, eu gosto é de floresta”. E lá, onde eu me hospedei com eles, na floresta, os bichos campeiam: os veados, os macacos, os pássaros, os tucanos, para deleite deles e inspiração para sua literatura e seus poemas. Ele fica naquele meio. Assim, ele foi adquirindo essas propriedades antigas e deixando a natureza se recuperar, voltar a ser o que era quando nós éramos jovens, meninos e adolescentes daquela região.

Então eu fiquei muito satisfeito pela hospedagem, quero agradecer a todos eles, envaidecido por ver a cidade tão bem administrada, tão bonita e tão reencontrada. Fui aos museus, fui a uma capelinha da cidade, também de grata lembrança, onde estão sepultados nove corpos que foram chacinados, mortos numa rebelião no ano de 1919, de uma mesma família ou de duas famílias, enterrados em cova comum, em vala comum, e ali, sobre aquele local, aquela vala, foi erguida uma capelinha chamada Capelinha dos Nove, por causa das nove pessoas enterradas ali.

Eu quero, neste momento, agradecer a acolhida de todos os companheiros e de todas as pessoas que me receberam na cidade de Dianópolis nesse final de semana. Foi altamente comovedora essa visita, uma visita de reencontro comigo mesmo; inclusive, visitei a única escola que havia naquele momento, chamada Ginásio João d'Abreu, que hoje é Colégio João d'Abreu. Não é preciso eu falar desse nome brilhante, que foi esse Deputado Estadual da época, mas quero agradecer a todos pela acolhida sensacional e emocional. Encontrei e abracei meus primos, meus parentes, todos ainda residentes por lá.

E quero, assim, neste momento, encerrar meu pronunciamento de agradecimento a todos e parabenizar a todos os moradores da cidade de Dianópolis, no Estado de Tocantins.

Muito obrigado. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Assim sendo, a Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que está convocada sessão deliberativa para amanhã, terça-feira, às 14h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

Muito obrigado e boa tarde.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 17 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicações





SENADO FEDERAL

Bloco Vanguarda

SF/25162.11085-78

Ofício nº 128/2025-BLVANG

Brasília, 24 de novembro de 2025

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
 Presidente do Senado Federal

Assunto: **Substituição na CAS**

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o **Senador Izalci Lucas** (PL/DF) para a vaga de titular, em substituição ao **Senador Eduardo Girão** (NOVO/CE), na Comissão de Assuntos Sociais- CAS.

Atenciosamente,



Senador WELLINGTON FAGUNDES
(PL-MT)
 Líder do Bloco Vanguarda



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
 Telefone: +55 (61) 3303-4663Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1528642421>



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Ciro Nogueira

SF/25569.64534-93

OFÍCIO N° 73/2025/GSCNOG

Brasília, 24 de novembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal
Brasília/DF

Assunto: Comunicado de Ausência.

Senhor Presidente,

Com base no art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico Vossa Excelência que estarei ausente do país entre os dias 24 a 29 de novembro de 2025.

Atenciosamente,

**Ciro Nogueira
Senador da República (PP-PI)
(Documento assinado de maneira digital)**

Senado Federal, Gabinete do Senador Ciro Nogueira, Anexo I, 3º Andar
CEP 70165-900, Brasília-DF – Telefone: +55 (61) 3303-6185 / 6187



Assinado eletronicamente, por Sen. Ciro Nogueira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6343518974>



Expediente do Senador Humberto Costa, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado Federal, por meio do qual relata participação em missão oficial, nos termos do Requerimento nº 569 de 2025 – CDIR.

O Requerimento vai ao Arquivo.



Mensagem do Presidente da República



MENSAGEM Nº 1.740

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o Projeto de Lei nº 458, de 2021, que “Institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rarp), dispõe sobre a tributação das operações de empréstimo de títulos ou valores mobiliários no País e a tributação das operações de cobertura de riscos (hedge) e altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.481, de 13 de agosto de 1997, 9.796, de 5 de maio de 1999, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.779, de 25 de novembro de 2003, e 14.818, de 16 de janeiro de 2024.”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, autógrafo do texto ora convertido na Lei nº 15.265, de 21 de novembro de 2025.

Belém, 21 de novembro de 2025.



Mensagem da Presidência da República

Nº 1.740, de 2025, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei nº 458, de 2021, sancionado e convertido na Lei nº 15.265, de 21 de novembro de 2025.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



Projeto de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 1017, DE 2025

Susta os efeitos da Resolução CCFGTS nº 1.130, de 7 de outubro de 2025, que altera a Resolução CCFGTS nº 958, de 24 de abril de 2020, que regulamenta a alienação ou cessão fiduciária do direito ao saque aniversário da conta vinculada do FGTS.

AUTORIA: Senador Jorge Seif (PL/SC)

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de decreto legislativo
- Legislação citada



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 1017/2025 [1 de 5]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/25041.83158-94

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N°, DE 2025

Susta os efeitos da Resolução CCFGTS nº 1.130, de 7 de outubro de 2025, que altera a Resolução CCFGTS nº 958, de 24 de abril de 2020, que regulamenta a alienação ou cessão fiduciária do direito ao saque aniversário da conta vinculada do FGTS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam sustados os efeitos da Resolução CCFGTS nº 1.130, de 7 de outubro de 2025, que altera a Resolução CCFGTS nº 958, de 24 de abril de 2020, que regulamenta a alienação ou cessão fiduciária do direito ao saque aniversário da conta vinculada do FGTS.

Art.2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Resolução CCFGTS nº 1.130, editada em 7 de outubro de 2025, promoveu alterações profundas no funcionamento da antecipação do saque-aniversário do FGTS ao estabelecer limites de valor para as operações de crédito lastreadas nessa modalidade. Embora apresentada como ajuste técnico, a medida na realidade introduz uma intervenção direta na política de crédito ligada ao FGTS, indo muito além da competência regulamentar atribuída ao Conselho Curador pela legislação vigente.

A Lei nº 8.036/1990, ao tratar da possibilidade de cessão ou

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgesEIF@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Seif
Para verificação

Avulso do PDL 1017/2025 [2 de 5]



SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/25041.83158-94

alienação fiduciária do saque-aniversário, delegou ao Conselho Curador a tarefa de organizar procedimentos operacionais — como regras de bloqueio do saldo cedido e formas de liquidação da garantia. Nada, porém, autoriza esse colegiado a impor restrições que modifiquem a natureza econômica do produto, reduzam sua utilidade prática ou limitem a liberdade contratual do trabalhador. Quando um ato infralegal cria obstáculos que a própria lei não previu, configura-se evidente extração do poder regulamentar.

O equívoco jurídico do Conselho Curador também esbarra em garantias constitucionais básicas. Ao estabelecer tetos arbitrários para operações de crédito, a resolução substitui decisão política que só poderia emanar de lei aprovada pelo Congresso Nacional, violando os princípios da legalidade, da reserva legal e da separação de poderes (arts. 5º, II; 37; 84, IV; e 49, V da Constituição). A normatização de instrumentos de crédito é matéria típica de competência privativa da União e parte integrante do Sistema Financeiro Nacional, cuja estrutura e objetivos estão previstos no art. 192 da Carta Magna.

Para além das inconformidades jurídicas, a medida produz efeitos econômicos contrários ao interesse público. O saque-aniversário tornou-se, nos últimos anos, uma das portas de entrada mais relevantes para o crédito de milhões de brasileiros. A modalidade já alcançou dezenas de milhões de trabalhadores e movimentou cifras expressivas na economia, permitindo o pagamento de dívidas, a recomposição de renda e o enfrentamento de emergências financeiras.

Os dados sobre o perfil dos usuários confirmam a relevância social desse instrumento: grande parte das pessoas que utilizam a antecipação são trabalhadores negativados ou com histórico de restrição, que dificilmente teriam acesso a linhas de crédito mais baratas. A garantia representada pelo saldo do FGTS possibilitou taxas significativamente menores e operações seguras tanto para o contratante quanto para a instituição financeira.

Ao impor limites tão reduzidos, a Resolução CCFGTS nº 1.130 desestimula a oferta do produto e, na prática, retira do trabalhador uma ferramenta que vinha cumprindo importante função social. Para as

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgesEIF@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Seif
Para verificação

Avulso do PDL 1017/2025 [3 de 5]



SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/25041.83158-94

instituições financeiras, os valores autorizados pelo novo regramento não cobrem os custos mínimos da operação. Para o trabalhador, a medida inviabiliza o uso de seu próprio patrimônio — o saldo do FGTS — como instrumento legítimo de planejamento financeiro.

Diante de tais violações e distorções, cabe ao Congresso Nacional exercer sua competência constitucional de sustar atos que extrapolam os limites do poder regulamentar. O presente Projeto de Decreto Legislativo busca restaurar a conformidade jurídica, proteger a autonomia legislativa e preservar uma política pública que se mostrou eficaz na vida real das famílias brasileiras.

Por essas razões, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação deste PDL, reafirmando o papel desta Casa como guardiã da legalidade, da separação dos poderes e dos direitos dos trabalhadores.

Sala das Sessões,

Senador Jorge Seif

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Seif
Para verificação

Avulso do PDL 1017/2025 [4 de 5]

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei nº 8.036, de 11 de Maio de 1990 - Lei do FGTS (1990) - 8036/90
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8036>

Avulso do PDL 1017/2025 [5 de 5]



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI

Nº 5924, DE 2025

Institui a Lei Nacional da Transição Energética e estabelece diretrizes, metas, instrumentos e mecanismos de governança para a transição energética brasileira, em alinhamento às responsabilidades climáticas internacionais e às necessidades estratégicas do País.

AUTORIA: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5924/2025 [1 de 5]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)

PROJETO DE LEI N° DE 2025
(Do Sr. Jader Barbalho)

SF/25362.49791-83

Institui a Lei Nacional da Transição Energética e estabelece diretrizes, metas, instrumentos e mecanismos de governança para a transição energética brasileira, em alinhamento às responsabilidades climáticas internacionais e às necessidades estratégicas do País.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a Lei Nacional da Transição Energética, destinada a orientar, estruturar e coordenar políticas públicas em âmbito federal, estadual, distrital e municipal voltadas à redução progressiva da dependência nacional de combustíveis fósseis, à ampliação das energias renováveis e à consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono.

Art. 2º Para os fins desta Lei, entende-se por:

I – transição energética: processo planejado, contínuo e gradual de substituição dos combustíveis fósseis por fontes renováveis e tecnologias de baixa emissão;

II – Mapa do Caminho Brasileiro para a Transição Energética: instrumento estratégico com metas nacionais, prazos e ações coordenadas para implementação da transição;

III – transição justa: conjunto de medidas destinadas a apoiar trabalhadores, regiões e comunidades impactadas pela substituição das atividades fósseis;

IV – fontes renováveis: energia solar, eólica, hidreletricidade de baixa emissão, biomassa de baixa emissão, hidrogênio verde, geotérmica e outras definidas em regulamento.



Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo I – 2º Andar CEP 70165-900- Brasília DF
 Telefone: +55 (61) 3303-9831/34 – Fax: +55 (61) 3303-9828 – E-mail: sen.jaderbarbalho@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Jader Barbalho

Para verificação

Avulso do PL 5924/2025 [2 de 5]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)

SF/25362.49791-83

Art. 3º Fica instituído o Mapa do Caminho Brasileiro para a Transição Energética, elaborado pelo Poder Executivo Federal, com horizonte temporal mínimo de 20 anos e revisões quadriennais.

Art. 4º O Mapa do Caminho deverá conter:

I – metas nacionais progressivas de redução do consumo de combustíveis fósseis;

II – cronograma de substituição programada de usinas a carvão mineral, óleo combustível e gás natural, observada a segurança energética;

III – metas de expansão das fontes renováveis e de tecnologias de armazenamento de energia;

IV – diretrizes para a eletrificação do transporte público e privado;

V – estratégias de descarbonização industrial, com ênfase em hidrogênio verde;

VI – parâmetros de eficiência energética aplicáveis aos setores produtivos;

VII – políticas de transição justa destinadas a trabalhadores e regiões dependentes das atividades fósseis;

VIII – mecanismos de participação social e territorial;

IX – metas de redução das emissões nacionais de gases de efeito estufa, em alinhamento às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) do Brasil.

Art. 5º O Mapa do Caminho poderá prever procedimentos prioritários de licenciamento ambiental para projetos de energias renováveis considerados estratégicos.

Art. 6º O Mapa do Caminho deverá contemplar planos específicos de diversificação econômica para regiões dependentes de petróleo, gás natural e carvão mineral.

Art. 7º Fica criado o Fundo Nacional de Transição Energética – FNTE.

Art. 8º Constituirão receitas do FNTE:

I – percentual dos royalties e participações especiais de petróleo e gás;

II – recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima;

III – operações de crédito internas e externas;



Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo I – 2º Andar CEP 70165-900- Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-9831/34 – Fax: +55 (61) 3303-9828 – E-mail: sen.jaderbarbalho@senado.leg.br
Assinado eletronicamente, por Sen. Jader Barbalho

Para verificação

Avulso do PL 5924/2025 [3 de 5]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)

SF/25362.49791-83

IV – cooperação internacional;

V – receitas provenientes do mercado regulado de carbono;

VI – receitas decorrentes de acordos judiciais e administrativos relacionados a danos ambientais oriundos da exploração de combustíveis fósseis.

Art. 9º Fica criado o Conselho Nacional de Transição Energética – CONATRE.

Art. 10. Compete ao CONATRE:

I – acompanhar e avaliar a implementação do Mapa do Caminho;

II – propor atualizações periódicas;

III – promover articulação federativa e participação social.

Art. 11. Os estados e o Distrito Federal poderão instituir Planos Estaduais de Transição Energética.

Art. 12. A União prestará assistência técnica aos entes federados.

Art. 13. A União promoverá programas nacionais de qualificação profissional.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil tem diante de si um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das maiores oportunidades de sua história contemporânea. Em pleno século XXI, quando a transição energética define a geopolítica global, a competitividade das nações e a segurança das populações, o País não pode permanecer sem um marco legal robusto, duradouro e articulado com sua posição estratégica no mundo.

O presente Projeto de Lei responde a essa necessidade ao instituir a Lei Nacional da Transição Energética, um instrumento de Estado, não de governo, capaz de organizar esforços federativos, coordenar políticas públicas e assegurar que a modernização energética aconteça de forma planejada, justa e territorialmente equilibrada.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jader Barbalho
Para verificação

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo I – 2º Andar CEP 70165-900- Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-9831/34 – Fax: +55 (61) 3303-9828 – E-mail: sen.jaderbarbalho@senado.leg.br

Avulso do PL 5924/2025 [4 de 5]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)

SF/25362.49791-83

O Brasil possui vantagens competitivas inequívocas: uma matriz elétrica renovável, liderança ambiental reconhecida, potencial extraordinário para hidrogênio verde, eólica offshore e bioeconomia. Contudo, persistem desafios estruturais — dependência de combustíveis fósseis no transporte, pressão fiscal associada ao petróleo, desigualdades regionais e vulnerabilidades sociais. Um País com esse peso não pode navegar sem orientação estratégica.

O Mapa do Caminho Brasileiro para a Transição Energética, criado por esta Lei, estabelece metas claras, previsíveis e alinhadas às exigências climáticas internacionais. O Fundo Nacional de Transição Energética garante os meios financeiros para que a mudança seja real. O Conselho Nacional de Transição Energética, por sua vez, institucionaliza o diálogo federativo e dá voz às comunidades tradicionais, aos trabalhadores e à ciência — pilares indispensáveis para uma transição justa.

Este Projeto coloca o Brasil no centro das decisões globais, fortalece sua competitividade, protege empregos, dinamiza a economia e aponta rumo seguro para o desenvolvimento nacional. Trata-se de uma política de futuro — e de responsabilidade com as próximas gerações.

Diante da relevância estratégica, econômica e social da matéria, solicito o apoio das Senhoras e dos Senhores Parlamentares para aprovação desta proposta.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2025.

Senador JADER BARBALHO
(MDB/PA)



Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 2º Andar CEP 70165-900- Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-9831/34 – Fax: +55 (61) 3303-9828 – E-mail: sen.jaderbarbalho@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Jader Barbalho

Para verifica

Avulso do PL 5924/2025 [5 de 5]



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5932, DE 2025

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para determinar que a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL considere, no cálculo do custo de capital regulatório aplicável aos processos tarifários das prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, as alíquotas efetivas de Imposto de Renda e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido incidentes sobre cada prestadora.

AUTORIA: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5932/2025 [1 de 6]



PROJETO DE LEI N° , DE 2025

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para determinar que a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL considere, no cálculo do custo de capital regulatório aplicável aos processos tarifários das prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, as alíquotas efetivas de Imposto de Renda e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido incidentes sobre cada prestadora.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com acréscimo do seguinte art. 3º-C:

“Art. 3º-C A ANEEL deverá, quando do cálculo do custo de capital regulatório aplicável aos processos tarifários das prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, considerar as alíquotas de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a que estão sujeitas cada uma das prestadoras, incluindo eventuais benefícios tributários aplicáveis.

Parágrafo único. O cálculo na forma estabelecida pelo *caput*, quando necessário, será operacionalizado no primeiro processo tarifário subsequente à publicação deste artigo.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) é o órgão responsável pela regulação e pela fixação das tarifas das prestadoras de distribuição de energia elétrica no Brasil. Entre os parâmetros utilizados nesse processo está a remuneração do capital das distribuidoras, aqui denominado de



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Braga
Para verificação

Avulso do PL 5932/2025 [2 de 6]



WACC, que representa a remuneração reconhecida às empresas pelos investimentos realizados na prestação do serviço público.

Em termos econômicos, o WACC define o retorno real que a distribuidora receberá sobre o capital investido, já líquido dos tributos incidentes sobre o lucro. Em teoria, o WACC deve (i) compensar o custo de oportunidade dos recursos e (ii) ser compatível com o risco associado ao empreendimento ao qual o investimento será alocado.

Por representar o retorno real, entre os componentes do WACC estão as alíquotas de Imposto de Renda (IR) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Isso ocorre porque a carga tributária incidente sobre o lucro das distribuidoras é considerada na determinação do retorno líquido esperado pelos investidores. Quanto maiores essas alíquotas, maior será o custo regulatório de capital, e, portanto, maior será a tarifa final.

No contexto apresentado, é esperado que a ANEEL, ao fixar as tarifas, utilize as alíquotas de tributos efetivamente aplicáveis às empresas reguladas. Esse princípio já é observado em situações em que as prestadoras de serviço são autarquias municipais: nesses casos, o cálculo do WACC é feito sem considerar IR e CSLL, pois os municípios gozam de imunidade tributária, e, consequentemente, o custo de capital reconhecido é menor.

Entretanto, para as distribuidoras que atuam nas regiões abrangidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), essa lógica não vem sendo aplicada. Isso se deve à existência de benefícios tributários regionais que reduzem ou isentam parcialmente a alíquota de IR, e cuja aplicação às tarifas tem sido objeto de interpretações divergentes, atualmente submetidas à apreciação do Poder Judiciário. Enquanto a Aneel tenta, desde 2009, que os benefícios tributários sejam considerados no cálculo do WACC, as prestadoras de serviço têm conseguido liminares que permitem desconsiderar esses benefícios.

O resultado do impedimento para que a Aneel considere os benefícios tributários no cálculo do WACC é um tratamento não isonômico entre distribuidoras de energia elétrica, entre aquelas que atuam na Sudam e na Sudene e as demais. Em outros termos, a Aneel está sendo obrigada a aplicar uma alíquota de 34% a título de tributos sobre a renda no cálculo do WACC das distribuidoras que operam nas áreas da Sudam e Sudene, embora essas empresas somente recolham 15,25% para os cofres públicos. Esse tratamento



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Braga
Para verificação

Avulso do PL 5932/2025 [3 de 6]

não isonômico faz com que os consumidores de energia elétrica situados nas áreas da Sudam e da Sudene paguem por tributos que simplesmente não existem (o equivalente a cerca de R\$ 1 bilhão por ano, segundo a Aneel), gerando remunerações maiores para as distribuidoras que atuam nessas regiões, quando comparado com as distribuidoras que atuam nas demais regiões do país.

O presente Projeto de Lei tem, portanto, o objetivo de pacificar a questão, conferindo segurança jurídica à Aneel e às distribuidoras ao estabelecer, de forma expressa, que as alíquotas de IR e CSLL utilizadas no cálculo do custo de capital regulatório devem refletir a tributação efetiva a que cada empresa está sujeita, incluindo eventuais benefícios fiscais vigentes.

Do ponto de vista econômico e regulatório, a medida é tecnicamente correta. O WACC deve refletir as condições reais de remuneração líquida de cada empresa, de modo a garantir que a regulação seja neutra em relação à tributação e não gere ganhos ou perdas artificiais decorrentes de parâmetros genéricos. O incentivo fiscal, criado para promover o desenvolvimento socioeconômico regional, não deve resultar em um simples aumento da remuneração do concessionário, especialmente em um setor regulado por tarifas e obrigações de investimento. Assim, a consideração das alíquotas efetivamente aplicadas ao prestador de serviço de distribuição alinha o benefício tributário à lógica regulatória e à competitividade regional, reforçando sua eficácia. A proposição trata, portanto, de um aprimoramento metodológico que reforça os princípios de eficiência, modicidade tarifária e justiça regulatória, conforme orienta o §1º do art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei das Concessões).

Importa destacar que a medida prevista nesta proposição não afetará negativamente os investimentos nas áreas de distribuição localizadas nas regiões da Sudam e da Sudene, como devidamente abordado no voto do Diretor da Aneel Julião Silveira Coelho, relator do processo nº 48500.007102/2009-98, que tratou da metodologia e dos critérios gerais para definição da estrutura e do custo de capital regulatórios a serem utilizados no cálculo da remuneração dos ativos de distribuição de energia elétrica no terceiro ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de distribuição.

No setor de distribuição de energia elétrica, as prestadoras de serviço possuem obrigação regulatória de realizar investimentos para garantir a continuidade e qualidade do serviço, sendo as tarifas a principal fonte de custeio desses investimentos. Nesse contexto, considerar uma alíquota menor de imposto de renda no cálculo do WACC não compromete a capacidade de



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Braga
Para verificação

Avulso do PL 5932/2025 [4 de 6]

investimento, pois a remuneração regulatória continuará assegurando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A lógica regulatória garante que os recursos necessários para expansão e manutenção da rede sejam incorporados às tarifas, independentemente da carga tributária aplicada. Ou seja, a proposição não altera a situação fática de que as distribuidoras continuarão sujeitas às metas e aos parâmetros de qualidade do serviço fixados pela Aneel, de modo que os investimentos necessários à expansão e manutenção da rede elétrica continuarão obrigatórios. O que muda é a remuneração líquida dos acionistas, que passará a refletir corretamente a carga tributária efetiva da empresa.

Como efeito esperado, conforme estimativa apresentada pela Aneel durante a tramitação da Medida Provisória (MPV) nº 1.304, de 11 de julho de 2025, a aplicação dessa regra pode gerar redução média de até 2% nas tarifas de energia elétrica nos estados das regiões da Sudam e da Sudene, sem comprometer a sustentabilidade econômico-financeira das distribuidoras.

Em síntese, o projeto promove maior aderência entre a teoria econômica e a prática regulatória, assegurando coerência metodológica ao cálculo do WACC e garantindo que o custo do capital reconhecido pela Aneel corresponda à realidade tributária de cada agente. Com isso, reforça-se a transparência do processo tarifário e a proteção do consumidor, sem afetar o equilíbrio econômico-financeiro das concessões.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO BRAGA



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Braga
Para verificação

Avulso do PL 5932/2025 [5 de 6]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.987, de 13 de Fevereiro de 1995 - Lei das Concessões de Serviços Públicos (1995) - 8987/95
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1995;8987>
 - art6_par1
- Lei nº 9.427, de 26 de Dezembro de 1996 - Lei da Agência Nacional de Energia Elétrica (1996) - 9427/96
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1996;9427>

Avulso do PL 5932/2025 [6 de 6]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI

Nº 5933, DE 2025

Altera a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para dispor de ampliações da garantia física e da potência de usinas hidrelétricas sob o regime de cotas.

AUTORIA: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5933/2025 [1 de 5]



PROJETO DE LEI N° , DE 2025

Altera a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para dispor de ampliações da garantia física e da potência de usinas hidrelétricas sob o regime de cotas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 16-A:

“**Art. 16-A.** Os titulares de concessões de usinas hidrelétricas com contratos decorrentes de prorrogação ou licitação sob o regime de cotas de que trata esta Lei poderão comercializar os acréscimos de garantia física de energia elétrica e de potência resultantes de investimentos em ampliação e modernização, inclusive nas contratações de que tratam os arts. 3º e 3º-A da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004.

§ 1º Os contratos já firmados na data de publicação deste artigo poderão ser aditados para viabilizar a comercialização de que trata o *caput*.

§ 2º O Poder Executivo definirá o percentual dos acréscimos de garantia física de energia elétrica e de potência resultantes da ampliação ou modernização a ser destinado ao regime de cotas, que não poderá ser superior ao percentual de destinação de garantia física de energia elétrica e de potência ao regime de cotas previsto no contrato original para o empreendimento.

§ 3º O acréscimo de garantia física de energia elétrica e de potência que não for destinado ao regime de cotas será objeto de livre comercialização pelo titular do contrato de concessão.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Braga
Para verificação

Avulso do PL 5933/2025 [2 de 5]



JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, determinou que usinas alcançadas pelo art. 19 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, poderiam ser prorrogadas ou licitadas, observadas algumas condições, sendo uma delas a alocação de cotas de garantia física de energia e de potência às distribuidoras de energia elétrica. Esse arranjo, todavia, reduz o incentivo para que os titulares das concessões desses empreendimentos invistam na ampliação da garantia física e da potência dessas usinas.

Nesse contexto, esta proposição tem por objetivo permitir que as usinas hidrelétricas com concessões prorrogadas ou licitadas sob o regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, possam, a partir de investimentos em ampliações e modernizações, aumentar a garantia física e a potência, colocando-as a serviço do sistema elétrico nacional. Ou seja, essa medida busca reconhecer e incorporar o potencial de aumento de potência e de garantia física que muitas dessas usinas hidrelétricas ainda possuem, de forma a otimizar o uso de ativos existentes e aproveitar as sinergias com a infraestrutura já implantada.

Ressalta-se que as ampliações de usinas hidrelétricas, em geral, resultam no aumento da potência disponível ao sistema elétrico, contribuindo para o atendimento seguro da demanda, especialmente em momentos de pico de consumo e em períodos de menor disponibilidade de fontes intermitentes, como solar e eólica. Trata-se, portanto, de investimentos de natureza coletiva e sistêmica, que beneficiam a totalidade dos usuários do sistema elétrico brasileiro.

Outro aspecto a ser observado é que a proposição assegura que a potência decorrente da ampliação de usinas hidrelétricas com concessões prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei nº 12.783, de 2013, não seja custeada exclusivamente pelos consumidores do mercado regulado. Atualmente, caso essas usinas invistam nas ampliações da garantia física e da potência, o custo recairá exclusivamente sobre os consumidores regulados, ainda que todos os demais, consumidores livres e autoprodutores, sejam beneficiados. Manter esse ônus restrito ao mercado regulado implicaria penalizar os consumidores atendidos pelas distribuidoras, que continuariam arcando sozinhos com os custos de segurança do sistema, embora toda a carga seja beneficiada. Esse ajuste se mostra especialmente relevante no atual contexto de abertura do mercado de energia para consumidores de baixa tensão.



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Braga
Para verificação

Avulso do PL 5933/2025 [3 de 5]



Por fim, cabe mencionar que a proposição preserva segurança jurídica ao estabelecer que as medidas apresentadas dependem de acordos entre as partes para alcançar as usinas com concessão já prorrogadas ou licitadas na data da entrada em vigor do novo artigo. Garante-se, com isso, que não haverá mudança unilateral nas regras.

Contamos com a colaboração das colegas senadoras e dos colegas senadores para promovermos esse importante aperfeiçoamento na legislação do setor elétrico.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO BRAGA



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Braga

Para verifica

Avulso do PL 5933/2025 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.074, de 7 de Julho de 1995 - LEI-9074-1995-07-07 - 9074/95
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1995;9074>
 - art19
- Lei nº 10.848, de 15 de Março de 2004 - Lei de Comercialização de Energia Elétrica - 10848/04
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2004;10848>
 - art3
 - art3-1
- Lei nº 12.783, de 11 de Janeiro de 2013 - LEI-12783-2013-01-11 - 12783/13
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2013;12783>



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 867, DE 2025

Requer urgência para o Projeto de Lei nº 896/2023, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

AUTORIA: Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil Weverton (PDT/MA), Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Eliziane Gama (PSD/MA), Líder do Bloco Parlamentar Democracia Efraim Filho (UNIÃO/PB), Líder do REPUBLICANOS Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Humberto Costa (PT/PE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 867/2025 [1 de 2]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ana Paula Lobato

SF/2557.46956-53 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 896/2023, que “altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir os crimes praticados em razão de misoginia”.

Sala das Sessões, 6 de novembro de 2025.

**Senadora Ana Paula Lobato
(PDT - MA)**

Avulso do RQS 867/2025 [2 de 2]



Foi apresentado o Requerimento nº 867, de 2025, de autoria de líderes, que solicita urgência para o Projeto de Lei nº 896, de 2023, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno.

O Requerimento será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 868, DE 2025

Requer informações à Senhora Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, sobre o processo em curso para criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Pau-Ferro e do Refúgio de Vida Silvestre (RVS) propostas pelo ICMBio para a região das Missões, no Rio Grande do Sul, abrangendo aproximadamente 160 mil hectares nos municípios de Santiago, Bossoroca, Itacurubi, Unistalda e Santo Antônio das Missões.

AUTORIA: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 868/2025 [1 de 9]



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

SF/25466.67041-90 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE

Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima, informações relativas ao processo em curso para criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Pau-Ferro e do Refúgio de Vida Silvestre (RVS) propostas pelo ICMBio para a região das Missões, no Rio Grande do Sul, abrangendo aproximadamente 160 mil hectares nos municípios de Santiago, Bossoroca, Itacurubi, Unistalda e Santo Antônio das Missões.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima, informações relativas ao processo em curso para criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Pau-Ferro e do Refúgio de Vida Silvestre (RVS) propostas pelo ICMBio para a região das Missões, no Rio Grande do Sul, abrangendo aproximadamente 160 mil hectares nos municípios de Santiago, Bossoroca, Itacurubi, Unistalda e Santo Antônio das Missões.

A Portaria Conjunta MMA/ICMBio nº 1.145, de 2 de setembro de 2024, estabelece diretrizes e procedimentos obrigatórios para criação de Unidades

Avulso do RQS 868/2025 [2 de 9]



de Conservação federais, incluindo a realização de estudos técnicos completos, caracterização socioeconômica, avaliação fundiária, participação social adequada, consulta formal ao Governo do Estado e instrução processual transparente.

Entretanto, conforme documentos disponibilizados pelo próprio ICMBio, o processo já encontra-se na fase consultiva sem que tais elementos tenham sido apresentados de forma clara à população local, às autoridades municipais e a este Parlamento.

Nesses termos, requisita-se:

1. Que o Ministério do Meio Ambiente e o ICMBio esclareçam, de forma detalhada e objetiva, quais são as razões técnicas que fundamentam a necessidade de criação das duas Unidades de Conservação, indicando os problemas ambientais concretos identificados na região das Missões, especialmente no que se refere à conservação do pau-ferro missionário e dos campos nativos, e demonstrando por que instrumentos legais já existentes não seriam suficientes para assegurar tal proteção.
2. Que seja enviado o resumo executivo de todos os estudos técnicos utilizados como base para a proposta, especificando metodologias científicas empregadas, indicadores ambientais, fontes de dados e eventuais validações externas por instituições independentes.
3. Explicações sobre a decisão de propor simultaneamente uma APA e um RVS, esclarecendo as diferenças práticas para os proprietários rurais, os impactos esperados sobre atividades produtivas já consolidadas e se houve análise de alternativas menos restritivas, com respectivas justificativas para sua rejeição.
4. O real nível de participação social durante a fase analítica e no início da fase consultiva, bem como informar se foram

SF/25466.67041-90 (LexEdit)



realizados estudos de impacto econômico, produtivo e social decorrentes da criação das unidades, indicando resultados e possíveis medidas mitigadoras.

5. Considerando que o RVS pode exigir desapropriações quando houver incompatibilidades com atividades privadas, solicito que seja informado como o ICMBio pretende tratar os proprietários inseridos na área proposta que não desejem permanecer no interior da unidade, se existe orçamento disponível para indenizações fundiárias, qual a estimativa preliminar de custo total dessas indenizações, qual o cronograma previsto para sua execução e quais medidas estão sendo adotadas para evitar insegurança jurídica diante da inexistência de previsão orçamentária específica.
6. Que MMA informe se há previsão orçamentária e de pessoal para implantação, manutenção, manejo e fiscalização das duas unidades propostas; qual o plano de manejo preliminar imaginado para cada uma; em quanto tempo será elaborado o plano de manejo definitivo; qual a estimativa de recursos anuais necessários para operação das unidades; e se o Instituto pretende instalar base física na região, indicando quantitativo mínimo de servidores.
7. Considerando o impacto sobre as atividades agropecuárias, solicito esclarecimentos acerca das diretrizes que o ICMBio pretende adotar para apoiar os produtores rurais quanto à adequação de suas propriedades às novas regras, se haverá diferenciação entre propriedades já regularizadas pelo Código Florestal e aquelas com pendências, e se o órgão prevê programas de incentivos, pagamentos por serviços ambientais ou parcerias para apoio à conservação, especialmente considerando que a justificativa ambiental



- está fundamentada na manutenção dos campos nativos, tradicionalmente preservados pela pecuária extensiva.
8. Que o Ministério esclareça como pretende assegurar segurança jurídica aos produtores rurais e às comunidades locais, garantindo que não haja restrições desproporcionais às atividades preexistentes, interpretativas posteriores não explicitadas na proposta original ou limitações adicionais que comprometam áreas produtivas consolidadas, sobretudo em um momento em que o Rio Grande do Sul enfrenta graves dificuldades decorrentes de sucessivas catástrofes climáticas, que já impuseram elevados danos sociais, econômicos e ambientais ao Estado.
 9. Em consonância com o art. 10 da Portaria Conjunta MMA/ICMBio nº 1.145/2024, solicito que o Ministério esclareça se a consulta formal obrigatória à Casa Civil do Governo do Estado do Rio Grande do Sul já foi realizada no âmbito deste processo, enviando cópia integral dos documentos encaminhados e das eventuais manifestações recebidas. Caso tal consulta não tenha ocorrido, requeiro que o Ministério informe as razões para o descumprimento desse dispositivo, esclareça se a consulta ainda será realizada e indique de que maneira a ausência dessa etapa poderá comprometer a regularidade administrativa e jurídica da criação das Unidades de Conservação propostas.
 10. O ICMBio elaborou os estudo exigidos pelo art. 5º, §1º, da Portaria Conjunta MMA/ICMBio nº 1.145/2024, contendo a análise de impactos sobre o emprego, renda, atividade pecuária, setor agrícola, arrecadação municipal, investimentos privados, estrutura fundiária e dinâmica produtiva da região das Missões? Caso afirmativo, solicito o envio integral desse estudo. Caso negativo, quais as razões para o descumprimento da exigência



- normativa e como o ICMBio justifica o avanço do processo sem essa etapa obrigatória?
11. O Ministério do Meio Ambiente e o ICMBio disponibilizaram à população todas as informações consolidadas durante a etapa analítica, conforme determina o art. 6º da Portaria Conjunta MMA/ICMBio nº 1.145/2024? Considerando que o documento divulgado até o momento é resumido e não contém estudos completos, solicito que sejam apresentados: (a) a íntegra dos estudos considerados na etapa analítica; (b) os registros das ações de divulgação pública; e (c) a justificativa para a realização de reuniões consultivas sem que os estudos completos tenham sido previamente disponibilizados às comunidades locais.
 12. O ICMBio realizou a consulta prévia, livre e informada prevista no art. 7º, inciso II, da Portaria Conjunta MMA/ICMBio nº 1.145/2024 junto a povos ou comunidades tradicionais eventualmente residentes ou usuários de recursos existentes na área proposta? Em caso positivo, solicito: (a) registro integral das consultas; (b) metodologia utilizada; (c) documentos encaminhados às comunidades; e (d) síntese das contribuições recebidas. Em caso negativo, solicito esclarecimento sobre o motivo da não realização da consulta e se há previsão de sua execução antes da finalização da etapa consultiva.
 13. O ICMBio já elaborou ou iniciou a minuta de decreto, da exposição de motivos, do parecer de mérito preliminar e demais documentos previstos no art. 11 da Portaria Conjunta MMA/ICMBio nº 1.145/2024? Solicito informações sobre o estágio atual dessa documentação, a previsão de conclusão e se tais peças foram compartilhadas com o Ministério do Meio Ambiente, com o Governo do Estado ou com os municípios afetados. Caso não tenham sido elaboradas, peço que o Ministério esclareça se o

processo está avançando em desacordo com o rito normativo vigente.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por finalidade solicitar informações ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), sobre o processo de criação de duas Unidades de Conservação Federais — uma Área de Proteção Ambiental (APA) e um Refúgio de Vida Silvestre (RVS) - na região das Missões, no Rio Grande do Sul, abrangendo mais de 160 mil hectares distribuídos entre os municípios de Santiago, Bossoroca, Itacurubi, Unistalda e Santo Antônio das Missões.

Segundo documentos oficiais apresentados pelo ICMBio, o processo encontra-se no início da etapa consultiva, após a conclusão da fase analítica. Apesar disso, não foram disponibilizados, até o momento, estudos fundamentais exigidos pela Portaria Conjunta MMA/ICMBio nº 1.145/2024, que regulamenta o processo de criação de Unidades de Conservação. Essa Portaria determina, entre outros pontos, a obrigatoriedade de estudos técnicos que incluem caracterização socioeconômica, produtiva e fundiária da área, bem como consultas formais ao governo estadual e participação estruturada da população local nas decisões.

Entretanto, as prefeituras, câmaras de vereadores, sindicatos rurais e entidades representativas da região relatam ausência de diálogo efetivo, falta de acesso às informações completas e ausência de participação prévia na fase analítica. Além disso, não foram apresentados estudos socioeconômicos que avaliem os impactos da criação das UCs sobre atividades produtivas historicamente consolidadas, como a pecuária extensiva, que há décadas contribui para manutenção dos campos nativos do Bioma Pampa.



Outro ponto sensível refere-se à decisão de propor simultaneamente uma APA e um RVS, cada uma com graus distintos de restrição e exigências sobre a propriedade privada. A categoria RVS, inclusive, pode implicar desapropriações obrigatórias em áreas onde se verifique incompatibilidade com os objetivos de conservação. Contudo, não há estimativa de custos, cronograma de indenizações, nem indicação de disponibilidade orçamentária para execução de tais medidas, o que gera insegurança jurídica aos proprietários e risco de danos econômicos significativos.

É importante destacar que o Rio Grande do Sul enfrentou, nos últimos anos, sucessivas e graves catástrofes climáticas, que destruíram lavouras, propriedades, estradas, pontes e afetaram diretamente milhares de famílias. A criação de novas restrições territoriais, sem estudos adequados e sem diálogo com os municípios atingidos, gera preocupação adicional em uma região que ainda busca reconstrução e estabilidade, inclusive com a necessária construção de novos reservatórios de água. Nesse contexto, qualquer decisão que possa afetar atividades produtivas, áreas cultivadas, investimentos privados ou a regularidade fundiária precisa ser tratada com máximo rigor técnico e transparência, a fim de evitar impactos sociais e econômicos que agravem ainda mais a situação do Estado.

Além disso, não foram disponibilizados documentos que demonstrem avaliação sobre a capacidade institucional e orçamentária do ICMBio para implantar, gerir, fiscalizar e manter duas Unidades de Conservação de grande extensão territorial. A ausência de plano de manejo preliminar, previsão de equipe técnica, estrutura de fiscalização e estimativa de custos anuais reforça a necessidade de esclarecimentos detalhados.

Assim, diante das inconsistências identificadas, da necessidade de garantir segurança jurídica às comunidades rurais e do dever constitucional desta Casa em fiscalizar os atos do Poder Executivo, justifica-se plenamente o encaminhamento deste Requerimento de Informações. A transparência e a publicidade são essenciais para assegurar que a criação de Unidades de

SF/25466.67041-90 (LexEdit)



Conservação respeite critérios técnicos, legais e sociais, e que não imponha restrições desproporcionais aos municípios gaúchos, especialmente em momento de profunda vulnerabilidade decorrente dos eventos climáticos recentes.

Diante do exposto, apresenta-se este Requerimento a fim de garantir transparência no processo, acesso às informações essenciais e a adequada fiscalização parlamentar sobre atos do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 2025.

**Senador Luis Carlos Heinze
(PP - RS)**

SE/25466.67041-90 (LexEdit)

Avulso do RQS 868/2025 [9 de 9]

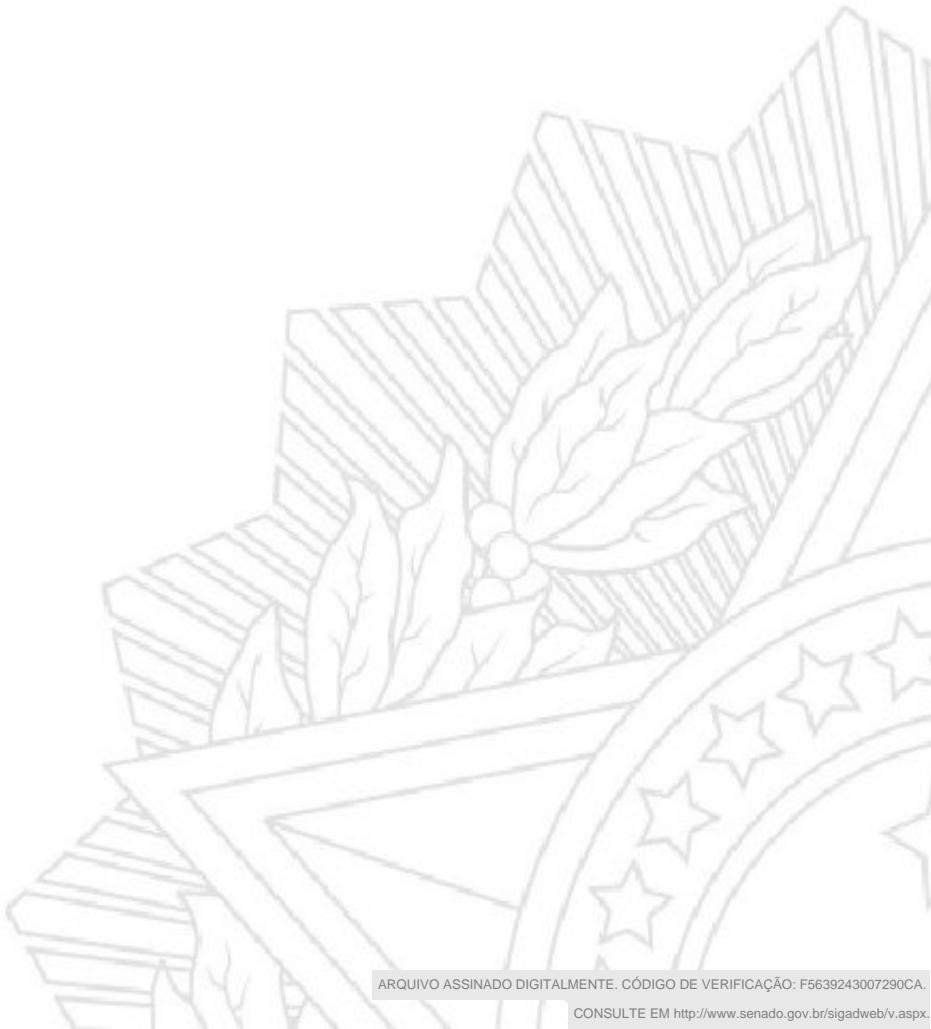


Requerimento nº 868, de 2025, do Senador Luis Carlos Heinze, solicitando informações à Senhora Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, sobre o processo em curso para criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Pau-Ferro e do Refúgio de Vida Silvestre (RVS) propostas pelo ICMBio para a região das Missões, no Rio Grande do Sul, abrangendo aproximadamente 160 mil hectares nos municípios de Santiago, Bossoroca, Itacurubi, Unistalda e Santo Antônio das Missões.

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.



Término de Prazo



Encerrou-se em 19 de novembro o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei nº 4.402, de 2023.

Não foi apresentado recurso.

A matéria, aprovada terminativamente pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, vai à sanção. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PDT - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Moraes**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - José Lacerda* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

PP - Luís Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PSB - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraíba

PP - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PSDB - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogério Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Alagoas

PL - Dra. Eudócia* (S)
MDB - Renan Calheiros*
MDB - Fernando Farias** (S)

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PSDB - Orio visto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Acre

PL - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
REPUBLICANOS - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
PT - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 23**MDB-11 / UNIÃO-5 / PODEMOS-4 / PSDB-3**

Alessandro Vieira.	MDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PSDB / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim.	PSDB / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 18**PSD-14 / PSB-4**

Angelo Coronel.	PSD / BA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Cid Gomes.	PSB / CE
Eliziane Gama.	PSD / MA
Flávio Arns.	PSB / PR
Irajá.	PSD / TO
Jorge Kajuru.	PSB / GO
José Lacerda.	PSD / MT
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 16**PL-15 / NOVO-1**

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Dra. Eudócia.	PL / AL
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / DF
Izalci Lucas.	PL / RO
Jaime Bagattoli.	PL / SC
Jorge Seif.	PL / ES
Magno Malta.	PL / AC
Marcio Bittar.	PL / AC

Marcos Rogério. PL / RO

Rogerio Marinho. PL / RN

Romário. PL / RJ

Wellington Fagundes. PL / MT

Wilder Morais. PL / GO

Bloco Parlamentar Aliança - 12**PP-7 / REPUBLICANOS-5**

Alan Rick. REPUBLICANOS / AC

Ciro Nogueira. PP / PI

Cleitinho. REPUBLICANOS / MG

Damares Alves. REPUBLICANOS / DF

Daniella Ribeiro. PP / PB

Dr. Hiran. PP / RR

Esperidião Amin. PP / SC

Hamilton Mourão. REPUBLICANOS / RS

Laércio Oliveira. PP / SE

Luis Carlos Heinze. PP / RS

Mecias de Jesus. REPUBLICANOS / RR

Tereza Cristina. PP / MS

Bloco Parlamentar Pelo Brasil - 12**PT-9 / PDT-3**

Ana Paula Lobato. PDT / MA

Augusta Brito. PT / CE

Beto Faro. PT / PA

Fabiano Contarato. PT / ES

Humberto Costa. PT / PE

Jaques Wagner. PT / BA

Leila Barros. PDT / DF

Paulo Paim. PT / RS

Randolfe Rodrigues. PT / AP

Rogério Carvalho. PT / SE

Teresa Leitão. PT / PE

Weverton. PDT / MA

Bloco Parlamentar Democracia. 23

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. 18

Bloco Parlamentar Vanguarda. 16

Bloco Parlamentar Aliança. 12

Bloco Parlamentar Pelo Brasil. 12

TOTAL. 81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (REPUBLICANOS-AC)	Fernando Farias** (MDB-AL)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Ana Paula Lobato** (PDT-MA)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Giordano* (MDB-SP)	Oriovisto Guimarães* (PSDB-PR)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Augusta Brito** (PT-CE)	Humberto Costa* (PT-PE)	Paulo Paim* (PT-RS)
Beto Faro** (PT-PA)	Irajá* (PSD-TO)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogerio Marinho** (PL-RN)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Romário** (PL-RJ)
Damares Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jorge Seif** (PL-SC)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Daniella Ribeiro* (PP-PB)	José Lacerda* (PSD-MT)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Styvenson Valentim* (PSDB-RN)
Dra. Eudócia* (PL-AL)	Leila Barros* (PDT-DF)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Magno Malta** (PL-ES)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Weverton* (PDT-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcio Bittar* (PL-AC)	Wilder Morais** (PL-GO)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (UNIÃO-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Gomes - (PL-TO)

2º VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa - (PT-PE)

1ª SECRETÁRIA

Daniella Ribeiro - (PP-PB)

2º SECRETÁRIO

Confúcio Moura - (MDB-RO)

3ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lobato - (PDT-MA)

4º SECRETÁRIO

Laércio Oliveira - (PP-SE)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Chico Rodrigues - (PSB-RR)

2º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)

3º Styvenson Valentim - (PSDB-RN)

4º Soraya Thronicke - (PODEMOS-MS)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB) - 23</p> <p>Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,10,42,43,49,63,75)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 11 Eduardo Braga (59)</p> <p>Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (84) Confúcio Moura (15,85) Giordano (86)</p> <p>Líder do UNIÃO - 5 Efraim Filho (4,10,42,43,49,63,75)</p> <p>Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (18,41,92,95,102) Jayme Campos (93)</p> <p>Líder do PODEMOS - 4 Carlos Viana (57)</p> <p>Vice-Líder do PODEMOS Zequinha Marinho (108)</p> <p>Líder do PSDB - 3 Plínio Valério (33,61)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Styvenson Valentim (29,83)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PSB) - 18</p> <p>Líder Eliziane Gama - PSD (11,45,54)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSD - 14 Omar Aziz (13,53)</p> <p>Vice-Líder do PSD Angelo Coronel (67)</p> <p>Líder do PSB - 4 Cid Gomes (73)</p> <p>Vice-Líder do PSB Jorge Kajuru (5,17,74)</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 16</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (24,37,69)</p> <p>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (77)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PL - 15 Carlos Portinho (68)</p> <p>Vice-Líderes do PL Izalci Lucas (81,88,91,101,107) Jorge Seif (80,89) Jaime Bagattoli (82,90)</p> <p>Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (9,38)</p>
<p>Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT) - 12</p> <p>Líder Weverton - PDT (20,62,72)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 9 Rogério Carvalho (60,96,97,104)</p> <p>Vice-Líderes do PT Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100,105) Teresa Leitão (35,64,99,106)</p> <p>Líder do PDT - 3 Weverton (20,62,72)</p>	<p>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 12</p> <p>Líder Dr. Hiran - PP (71)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 7 Tereza Cristina (7)</p> <p>Vice-Líder do PP Esperidião Amin (87)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 5 Mecias de Jesus (6,58)</p> <p>Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (14,103)</p>	<p> Maioria</p> <p>Líder Veneziano Vital do Rêgo - MDB (76)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,8)</p>	<p>Bancada Feminina</p> <p>Líder Professora Dorinha Seabra - UNIÃO (18,41,92,95,102)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Jaques Wagner - PT (2)</p> <p>Líder em exercício Rogério Carvalho - PT (60,96,97,104)</p> <p>Vice-Líderes Rogério Carvalho (60,96,97,104) Otto Alencar (3,46,51,52) Confúcio Moura (15,85) Daniella Ribeiro (16) Jorge Kajuru (5,17,74) Randolfe Rodrigues (19) Weverton (20,62,72) Zenaide Maia (21) Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100,105) Leila Barros (79)</p>
<p>Oposição</p>		



Líder Rogerio Marinho - PL (50,70)		
Vice-Líder Marcos Rogério (44,94)		

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
7. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
8. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
9. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
10. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
12. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
13. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
14. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
15. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
16. Em 23.03.2023, a Senadora Daniela Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
17. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
18. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
19. Em 23.03.2023, o Senador Randolph Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
20. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
21. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
22. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
23. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLGOV).
24. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
25. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
26. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
27. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
28. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
29. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
30. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
31. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLID/BLALIAN).
32. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
33. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
34. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
35. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
36. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
37. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
38. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
39. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
40. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
41. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
42. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
43. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
44. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
45. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
46. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
47. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
48. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
49. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
50. Em 18.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
51. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
52. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
53. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
54. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
55. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).
56. Em 29/12/2024, o Senador Rodrigo Cunha foi destituído da função de líder do Podemos pelo motivo de "Renúncia".
57. Em 02.01.2025, o Senador Carlos Viana foi designado Líder do Podemos (Of. nº 115/2024-GLPODEMOS).
58. Em 14.01.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 052/2024-GABLID/GLREPUBL)



59. Em 28.01.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 039/2024-GLMDB).
60. Em 01.02.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2025-GLDPT).
61. Em 01.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 003/2025-GSPVALER).
62. Em 01.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 18/2025).
63. Em 01.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. nº 4/2025-GLUNIAO).
64. Em 01.02.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2025-GLDPT).
65. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
66. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
67. Em 03.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. nº 5/2025-GLPSD).
68. Em 03.02.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. nº 5/2025-GLPL).
69. Em 03.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 2/2025-BLVANG).
70. Em 04.02.2025, o Senador Rogério Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. 03/2025-BLVANG).
71. Em 17.02.2025, o Senador Dr. Hirán foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2025-GABLID/BLALIAN).
72. Em 18.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. 25/2025).
73. Em 18.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
74. Em 18.02.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
75. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 24/2025-GLMDB).
76. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria (Of. 24/2025-GLMDB).
77. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 13/2025-BLVANG).
78. Em 13.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
79. Em 13.03.2025, a Senadora Leila Barros foi designada 10ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
80. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
81. Em 21.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
82. Em 21.03.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
83. Em 25.03.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. nº 005/2025-GSPVALER).
84. Em 02.04.2025, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
85. Em 02.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
86. Em 02.04.2025, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
87. Em 07.04.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado Vice-Líder do Partido Progressistas (Of. nº 19/2025-GLPP).
88. Em 08.05.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
89. Em 08.05.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
90. Em 08.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
91. Em 27.05.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/06/2025 a 17/07/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 019/2025-GLPL).
92. Em 11.06.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
93. Em 11.06.2025, o Senador Jayme Campos foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
94. Em 12.06.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 181/2025-GSRMARIN).
95. Em 09.07.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 188/2025-GSLB).
96. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º Vice-Líder do Governo, renumerando-se os demais Vice-Líderes (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
97. Em 13.08.2025, o Senador Jaques Wagner comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Governo. Durante seu afastamento, o Senador Rogério Carvalho exercerá a Liderança (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
98. Em 13.08.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
99. Em 13.08.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
100. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Durante seu afastamento, a Senadora Augusta Brito exercerá a Liderança (Of. nº 025/2025-GLDPT).
101. Em 11.09.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 11/09/2025 a 20/09/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 031/2025-GLPL).
102. Em 17.09.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Assunção da Liderança da Bancada Feminina no Senado Federal" (Of. nº 716/2025-GSPDORIN).
103. Em 08.10.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. nº 056/2025-GABLID/GLREPUBL).
104. Em 14.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
105. Em 14.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
106. Em 14.10.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
107. Em 27.10.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 27/10/2025 a 04/11/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 33/2025-GLPL).
108. Em 27.10.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 49/2025-GLPODEMOS).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (1)	1.
	2.

Notas:

1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



2) GRUPO DE TRABALHO SOBRE REGULAMENTAÇÃO DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS.

Finalidade: elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL N° 1, DE 2025

PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾

Leitura: 22/04/2025

Instalação: 21/10/2025

Prazo final: 30/05/2026

MEMBROS

Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (2)

Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (2)

Senador Mecias de Jesus (REPÚBLICANOS-RR) (2)

Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)

Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (2)

Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)

Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (2)

Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2)

Senador Weverton (PDT-MA) (2)

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (2)

Senador Cid Gomes (PSB-CE) (2)

Notas:

1. Em 22.04.2025, a Presidência designa a Senadora Tereza Cristina Presidente do Grupo de Trabalho (ATS n° 1/2025).
2. Em 22.04.2025, a Presidência designa os Senadores Tereza Cristina, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Efraim Filho, Weverton, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes membros para compor a comissão (ATS n°1/2025).
3. Em 21.10.2025, o Grupo de Trabalho reunido elegeu o Senador Marcos Rogério como Vice-Presidente. Designado Relator o Senador Rogério Carvalho (Of. nº 1/2025-GTMTI).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Adjunto: Henrique Cândido Evangelista

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: gtmти@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA INVESTIGAR A SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NA BOLÍVIA

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 dias, a situação dos brasileiros na Bolívia, principalmente os estudantes, e o caso Jenife Silva, estudante de medicina amapaense recentemente assassinada naquele país.

Requerimento nº 268, de 2025

MEMBROS

Secretário(a): Renata Felix Perez | **Adjunto:** Antonio Silva Neto
Telefone(s): 3303 3490



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA INTERLOCUÇÃO SOBRE AS RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS COM OS EUA

Finalidade: Manter, no prazo de 60 dias, interlocução "in loco" com parlamentares norte-americanos em Washington, DC, sobre as relações econômicas bilaterais.

Requerimento nº 556, de 2025

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽³⁾

Instalação: 07/08/2025

Prazo final: 06/10/2025

Prazo prorrogado: 06/12/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (2)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (2)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)	3. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (2)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2)	4. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2)

Notas:

1. Em 17.07.2025, a Presidência designa o Senador Nelsinho Trad Presidente desta comissão.
2. Em 17.07.2025, a Presidência designa os Senadores Nelsinho Trad, Tereza Cristina, Jaques Wagner e Fernando Farias membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Rogério Carvalho e Carlos Viana, membros suplentes, para compor a comissão.
3. Em 07.08.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada Relatora desta comissão (Of. nº 3/2025-CTEUA).

Secretário(a): Anderson Antunes de Azevedo | Adjunto: Victor Ramon Gonçalves Ferreira

Telefone(s): 3303-3517



**5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR O
PROJETO DE LEI N° 4, DE 2025 (ART. 374 RISF)**

Finalidade: destinada a analisar o Projeto de Lei nº 4, de 2025, que "dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata".

ATS nº 19, de 2025

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 24/09/2025

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 03/03/2026

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 30/04/2026

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 29/05/2026

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 29/06/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽¹⁾	4. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	5. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	6. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹⁾	7. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	8. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾	9. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹⁾	10. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	11. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.09.2025, a Presidência designa os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Rodrigo Pacheco, Otto Alencar, Flávio Arns, Marcos Rogério, Carlos Portinho, Weverton, Fabiano Contarato e Tereza Cristina membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Zequinha Marinho, Angelo Coronel, Omar Aziz, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues e Laércio Oliveira membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº19/2025).

2. Em 24.09.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Pacheco e Efraim Filho a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. Designado Relator o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | **Adjuntos:** Henrique Evangelista e Keny Martins

Telefone(s): 6133033490

E-mail: ctcivil@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



2) CPI DO CRIME ORGANIZADO

Finalidade: apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o "modus operandi" de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor.

Requerimento 470, de 2025

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹²⁾

RELATOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹²⁾

Leitura: 17/06/2025

Instalação: 04/11/2025

Prazo final: 14/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (5)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (10,15)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (1,13,20,21)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) (1,13,20)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (6)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (8,9,11,19)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (8,14,17)	2.
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (7)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (3)	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (3)
Senador Magno Malta (PL-ES) (3)	
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4,16)	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (4,16)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (4,16)	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (18)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (18)

Notas:

- Em 20.10.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2025-GLUNIAO).
- Em 20.10.2025, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, pela liderança do Partido Social Democrático, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLPSD).
- Em 20.10.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro e Magno Malta foram designados membros titulares e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pela liderança do Partido Liberal, para compor a comissão (Of. nº 21/2025-GLPL).
- Em 20.10.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Jaques Wagner foram designados membros titulares e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pela liderança do Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2025-BLPBRA).
- Em 20.10.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 70/2025-GLMDB).
- Em 20.10.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pela liderança do PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPODEMOS).
- Em 21.10.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pela liderança do Partido Socialista Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 57/2025-GLDPSB).
- Em 30.10.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pela liderança do Partido Social Democrático, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-GLPSD).
- Em 03.11.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 19/2025-GLPSD).
- Em 03.11.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-GLMDB).



11. Em 03.11.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, pela liderança do Partido Social Democrático, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-GLPSD).
12. Em 04.11.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Hamilton Mourão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. Designado relator o Senador Alessandro Vieira (Of. nº 1/2025-CPICRIME).
13. Em 04.11.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sergio Moro, que passa a membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2025-GLUNIAO).
14. Em 04.11.2025, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 21/2025-GLPSD).
15. Em 04.11.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 103/2025-GLMDB).
16. Em 04.11.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e o Senador Jaques Wagner, membro suplente, pela liderança do Partido dos Trabalhadores, para compor a comissão (Of. nº 28/2025-GLDPT).
17. Em 04.11.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 22/2025-GLPSD).
18. Em 04.11.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pela liderança do Partido Progressistas, para compor a comissão (Of. nº 58/2025-GLPP).
19. Em 04.11.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelas lideranças do Partido Social Democrático e do Partido dos Trabalhadores, em vaga cedida pelo PSD, para compor a comissão (Of. 23/2025-GLPSD).
20. Em 06.11.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Sergio Moro, que deixa de compor a comissão, pela liderança do União Brasil (Of. nº 40/2025- GLUNIAO).
21. Em 12.11.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pela liderança do União Brasil (Of. nº 42/2025- GLUNIAO).

Secretário(a): Anderson Antunes de Azevedo |Adjuntas: Fernanda Moreira Pinheiro Lima e Renata Félix Peres

E-mail: cpicrime@senado.leg.br



3) CPI DA ADULTIZAÇÃO

Finalidade: Para, no prazo de 180 dias, com limite de despesas de R\$ 400.000,00, realizar investigação das irregularidades e dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes no País; bem como apuração da atuação de influenciadores digitais e plataformas de redes sociais na promoção e disseminação de conteúdos que sexualizam crianças e adolescentes; a investigação da relação entre o conteúdo exposto por influenciadores como Hytalo Santos e a potencial exploração sexual de menores; e o exame da efetividade das políticas de proteção à infância no ambiente digital e a resposta das autoridades competentes às denúncias de pedofilia e abuso online.

Requerimentos nºs 618 e 619, de 2025

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 20/08/2025



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁶⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,10)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (1,10)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (1,10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,10)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (1,10)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) (3,10)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3,10)	6. Senador Marcio Bittar (PL-AC) (3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (7,10)	7. Senador Giordano (MDB-SP) (7,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,10)	8. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) (8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4)	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,14,18)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	6. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2)	1. Senador Magno Malta (PL-ES) (2)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)	3. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)
Senador Wilder Moraes (PL-GO) (2)	4. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	5. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2,13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (9)	1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (9,15,16)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (9)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) (9)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (9)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (9)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (9)	4. Senador Weverton (PDT-MA) (9)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (5)	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (5)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5,11)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (11)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (5)	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5,12)

Notas:

* 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GLMDB).



2. Em 18.02.2025, os Senadores Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão e Romário membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Alan Rick e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares, e os Senadores Efraim Filho e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Eliziane Gama membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Luís Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado.
7. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 18.02.2025, os Senadores Randolph Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano e Oriovisto Guimarães membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
11. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão; e a Senadora Damares Alves designada terceira suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 005/2025-GABLID/BLALIAN).
12. Em 10.03.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GABLID/BLALIAN).
13. Em 12.03.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 019/2025-BLVANG).
14. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
15. Em 02.09.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Teresa Leitão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 17/2025-BLPBRA).
16. Em 10.09.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2025-BLPBRA).
17. Em 07.10.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Laércio Oliveira Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2025-CAE).
18. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (1,11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,11)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,11)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) (1,11)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3,11)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3,11,14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (15,19)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (8,11,13,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (10,11)	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (4)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (9)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2,20,21,22,23)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Senador Romário (PL-RJ) (2)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) (2)
Senador Wilder Moraes (PL-GO) (2)	4. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (17)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6,24)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (6)
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (6)	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (6)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (16)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (5)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (18)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (5)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Eduardo Braga foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário e Wilder Moraes foram designados membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alan Rick e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLD/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares e os Senadores Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2025-GSEGAMA).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).



11. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-BLDEM).
13. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
14. Em 20.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 012/2025-BLDEM).
15. Em 20.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-BLDEM).
16. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GABLID/BLALIAN).
17. Em 24.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLVANG).
18. Em 25.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 26/03/2025, p. 121](#))
19. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 028/2025-BLDEM).
20. Em 09.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 045/2025-BLVANG).
21. Em 28.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 057/2025-BLVANG).
22. Em 20.08.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 075/2025-BLVANG).
23. Em 06.10.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 098/2025-BLVANG).
24. Em 19.11.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 40/2025-BLPBRA).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS
Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (1)	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (3)	1.

Notas:

1. Em 11.08.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
2. Em 11.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
3. Em 11.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS
RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER.**

Finalidade: Debater, apreciar e elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, propostas relacionadas à regulamentação, ao financiamento, ao desenvolvimento e à incorporação no sistema de saúde de terapias, vacinas e medicamentos de alto custo, para prevenção ou tratamento dos diferentes tipos de câncer.

(Requerimento 54, de 2025 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾

Instalação: 27/08/2025

Prazo final: 05/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁵⁾	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 21.08.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
2. Em 21.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
3. Em 21.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
4. Em 27.08.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Dra. Eudócia e o Senador Dr. Hiran, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
5. Em 01.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 245/2025-SACAS).
6. Em 15.09.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 295/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁷⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,12)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,12)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,12)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (1,12)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1,12,19,20)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (1,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (1,12)	4. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (9,12)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,12)	5. Senador Giordano (MDB-SP) (3,12)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) (3,12)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (3,11,12,16)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (8,12)	7. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,12)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) (10,12)	8. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (10,12)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) (11,12)	9. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (11,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4,13,15)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (4,30,32)	3. Senador Irajá (PSD-TO) (4,23,26)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,15)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (4)	5. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4,27)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4,31,33,34,36)	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4,35,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)	1. Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2,21,24)
Senador Magno Malta (PL-ES) (2)	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)	5. Senador Jaime Bagatollo (PL-RO) (2,17,18)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (5)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5,22,37)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (5)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,25)
Senador Weverton (PDT-MA) (5)	4. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (5)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (6,38,39)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (6,28,29)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (6)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (6)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (6,11)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (6,11)

Notas:

* 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 005/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogerio Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jaime Bagatollo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Alan Rick foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti e Jorge Kajuru membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).



5. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito e Weverton foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Jaques Wagner e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMO).
9. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2025-GLMDB)
10. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Plínio Valério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e os Senadores Efraim Filho e Jayme Campos, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia. Os Senadores Marcio Bittar e Jayme Campos foram indicados nas vagas compartilhadas entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, que antes estavam ocupadas pelo Bloco Parlamentar Aliança, assim a Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão e os Senadores Mecias de Jesus e Hamilton Mourão passam a ocupar as vagas de 3º titular e 3º suplente, respectivamente (Ofs. nºs 003/2025-GABLID/BLALIAN e 004/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães e Marcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Marcos Do Val, Plínio Valério, Fernando Farias e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
13. Em 20.03.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 16/2025-GSEGAMA).
14. Em 02.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 013/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
15. Em 02.04.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 18/2025-GSEGAMA).
16. Em 24.04.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 018/2025-BLDEMO).
17. Em 21.05.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 49/2025-BLVANG).
18. Em 28.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 056/2025-BLVANG).
19. Em 10.06.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 34/2025-BLDEMO).
20. Em 10.06.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 35/2025-BLDEMO).
21. Em 16.07.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalcí Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 71/2025-BLVANG).
22. Em 16.07.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 13/2025-BLPBRA).
23. Em 06.08.2025, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA).
24. Em 15.08.2025, o Senador Izalcí Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 72/2025-BLVANG).
25. Em 19.08.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 15/2025-BLPBRA).
26. Em 19.08.2025, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA).
27. Em 04.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 65/2025-GSEGAMA).
28. Em 09.09.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 45/2025-GABLID/BLALIAN).
29. Em 11.09.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 46/2025-GABLID/BLALIAN).
30. Em 16.09.2025, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 73/2025-GSEGAMA).
31. Em 17.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 74/2025-GSEGAMA).
32. Em 18.09.2025, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 79/2025-GSEGAMA).
33. Em 22.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2025-GSEGAMA)
34. Em 23.09.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA).
35. Em 23.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA).
36. Em 29.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2025-GSEGAMA).



37. Em 21.10.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 37/2025-BLPBRA).

38. Em 29.10.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 58/2025-GABLID/BLALIAN).

39. Em 12.11.2025, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pela Liderança do Progressistas (Of. nº 65/2025-GLPP).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (1,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (1,8,10)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) (1,8,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3,10)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (3,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3,10,11,14)	4. VAGO (3,10)
	5.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9,10)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	1.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (4)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,16,20)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (4)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)	5.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)
Senador Magno Malta (PL-ES) (2)	2. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2,13)	3. Senador Romário (PL-RJ) (2,13)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (6)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (6)	2. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (6,18,19)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (6,15,18)	3. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (6)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (12)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (5)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Ivete da Silveira foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 008/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Romário e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Izalci Lucas e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Flávio Arns foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Augusta Brito e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-CE).
- Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 021/2025-GLMDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick e Marcelo Castro, membros suplentes, para compor a comissão, e o Senador Jayme Campos deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).



11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
12. Em 21.02.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-GABLID/BLALIAN).
13. Em 11.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em permuta com o Senador Romário, que passa a ocupar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 17/2025-BLVANG).
14. Em 14.03.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-BLDEM).
15. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
17. Em 26.08.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Veneziano Vital do Rêgo Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 254/2025-CE).
18. Em 19.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-BLPBRA).
19. Em 22.10.2025, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2025-BLPBRA)
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/06/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Finalidade: acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/07/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,10)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) (10)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,10)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (3,12)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (8,10,19)	4. Senador Marcio Bittar (PL-AC) (15)
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (9,10)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (9,19)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,17,20)	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)	2.
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (21)	3.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)	2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (11)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (14)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (13)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (5)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (16)
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (5)	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (18)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (6)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (6)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (6)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (6)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Renan Calheiros foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e o Senador Marcos Rogério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli e Cid Gomes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Dr. Hiran Presidente deste colegiado.
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
11. Em 28.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 015/2025-BLVANG).
12. Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEM).
13. Em 25.03.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).



14. Em 04.04.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 29/2025-BLVANG).
15. Em 13.05.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEMO).
16. Em 17.06.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-BLPBRA).
17. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
18. Em 10.09.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 20/2025-BLPBRA).
19. Em 07.10.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão; e o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 76/2025- BLDEMO).
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).
21. Em 12.11.2025, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 115/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (1,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,10)
Senador Giordano (MDB-SP) (1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,10)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (3,10)
VAGO (3,10,12)	4. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (3,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (8,10)	5. Senador Marcio Bittar (PL-AC) (8,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9,10)	6. VAGO (9,19,23)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (13)	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (4)	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,24,25)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)	3.
VAGO (20,22)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)
Senador Magno Malta (PL-ES) (2)	2. Senador Romário (PL-RJ) (2)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) (15)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (14)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (16)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6,17,18,21)	1. Senador Weverton (PDT-MA) (6,17)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6,17)	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (6,17)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (17)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (6,17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (5,11)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5,26,27)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLID/BLALIAN).



12. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM).
13. Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA).
14. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG).
15. Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG). ([DSF de 11/03/2025, p. 23](#))
16. Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 85](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT).
19. Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO).
20. Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA).
21. Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA).
22. Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA).
23. Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLDEMO).
24. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
25. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).
26. Em 03.11.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 62/2025-GABLID/BLALIAN).
27. Em 07.11.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Daniela Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 64/2025-GABLID/BLALIAN).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS YANOMAMI

Finalidade: acompanhar, fiscalizar e aprimorar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Yanomami.

(Requerimento 87, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Finalidade: debater, no prazo de 180 dias, a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

(Requerimento 2, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾

Instalação: 21/05/2025

Prazo final: 17/11/2025

Prazo prorrogado: 27/11/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽¹⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	5. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 05.05.2025, os Senadores Damares Alves, Flávio Arns, Ivete da Silveira, Mara Gabrilli e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito, Jaime Bagattoli, Jussara Lima, Laércio Oliveira e Professora Dorinha Seabra membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 116/2025-CDH).
2. Em 21.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 153/2025-CDH).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh.haia@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁷⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,10)	4. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,9,10)	5. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,9,10)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁰⁾	6. (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾	1. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	3. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹¹⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	4. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	3. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE).
- Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLODEMOS).
- Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).



11. Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG).
12. Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE).
13. Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG).
14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG).
15. Em 08.10.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 105/2025-BLVANG)

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023 - CRE)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Instalação: 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	1. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (1)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (1)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (1)	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)

Notas:

1. Em 27.03.2025, os Senadores Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, para compor a Subcomissão (Of. 018/2025-CRE)

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1,9,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (1,9,11,12)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (1,11)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (1,11)	3. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (1,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3,11)	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3,11)	5. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3,11,23)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (8,11)	6. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (8,11)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (10,11)	7. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (15)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (4,16)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (4)	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,19,22)
Senador José Lacerda (PSD-MT) (4,20,21)	5. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagatoli (PL-RO) (2)	1. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)
Senador Wilder Moraes (PL-GO) (2)	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) (6)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (6)
Senador Weverton (PDT-MA) (6)	3. VAGO (6,17)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (18)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (14)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5,13)	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (5,13)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (5)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura e Fernando Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 006/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagatoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Margareth Buzetti foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLODEMOS).



9. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Sergio Moro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 20.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).
13. Em 21.02.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular e o Senador Luís Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GABLID/BLALIAN).
14. Em 25.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLALIAN).
15. Em 27.02.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 017/2025-BLDEM).
16. Em 11.03.2025, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 7/2025-GSEGAMA).
17. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
18. Em 01.07.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLPBRA).
19. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
20. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
21. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).
22. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).
23. Em 18.11.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 90/2025-BLDEMO).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR A BR-319

Finalidade: Examinar, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a grave situação criada pela deterioração da BR-319.

(Requerimento 9, de 2025 - CI)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
1.	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
1.	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
1.	
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
1.	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
1.	

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (1,9)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (1,9,11,12)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) (1,9)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (4,9)	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (4,9)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (9)	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,9)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (8,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (5)	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (5)
Senador José Lacerda (PSD-MT) (5,17,18)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (5)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (15)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (5)	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) (5)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)	1. Senador Wilder Morais (PL-GO) (2,10,13)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2,14)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (6)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)
Senador Beto Faro (PT-PA) (6)	2. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (6)
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (7)	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (7)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (7)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (7)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Ivete da Silveira foram indicados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 13/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Morais, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDR).
- Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Augusta Brito e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
- Em 20.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 021/2025-BLVANG).
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEM).
- Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEMO).



13. Em 16.05.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 048/2025-BLVANG).
14. Em 16.05.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 030/2025-BLRESDEM).
15. Em 15.07.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLRESDEM).
16. Em 18.08.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLDEMO).
17. Vago em 19.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
18. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1,11,12)	1. Senador Giordano (MDB-SP) (1,11,12)
VAGO (1,11,12,18)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (1,11,12)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) (3,11,12)	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3,9,11,12)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (8,11,12)	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (8,11,12)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (9,11,12)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (10,12,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (4)
Senador José Lacerda (PSD-MT) (4,22,23)	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (4)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,20,24)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	4. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)	1. Senador Wilder Morais (PL-GO) (2)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2,15,19)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) (13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) (6)	1. VAGO (6,16)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (6,14,21)	2.
Senador Weverton (PDT-MA) (6)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (5)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (5)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (5)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Morais e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegera o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA).
- Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).



13. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
14. Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG). ([DSF de 28/03/2025, p. 43](#))
16. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
17. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 027/2025-BLDEM).
18. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEMO).
19. Em 22.05.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 51/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
21. Em 15.07.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2025-BLPBRA).
22. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



**10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS
POR PARTE DO IBAMA**

Finalidade: Acompanhar, avaliar e fiscalizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, todas as ações referentes aos embargos de terras por parte do Ibama.

(Requerimento 24, de 2025 - CRATERRAS)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽²⁾

Instalação: 11/06/2025

Prazo final: 08/12/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ⁽¹⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 26.05.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Alan Rick e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e o Senador Mecias de Jesus e Zequinha Marinho, membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 80/2025-PRESIDÊNCIA/CRA).
2. Em 11.06.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Jaime Bagattoli e Hamilton Mourão, Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRATERRAS).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (7,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (7,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (10)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (10,12)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (2,10,11,15)	3. VAGO (2,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (9,10)	4. (10)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) (8,10)	5. VAGO (8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (3)	1. Senador José Lacerda (PSD-MT) (17)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (3)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (3,16,20)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (3)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (3)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (19)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (1)	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1)
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (1)	3.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (5)
Senador Beto Faro (PT-PA) (5)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (18)	3. Senador Weverton (PDT-MA) (5)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (4)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (4)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (4,13)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (4,13,21)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecão e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT).
- Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
- Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
- Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM).
- Em 11.04.2025, o Senador Hamilton Mourão passa a ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Cleitinho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 29.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Hamilton Mourão Vice-Presidente deste colegiado.



15. Em 05.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 023/2025-BLDEMO).
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
17. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLRESDEM).
18. Em 06.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2025-BLPBRA).
19. Em 09.10.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 102/2025-GSEGAMA)
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).
21. Em 06.11.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 62/2025-GABLID/GLREPUBL).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

Finalidade: Propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

(Requerimento 10, de 2025 - CCT)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1)	1.
	2.
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7)	3. VAGO (6,7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (3)	1. Senador José Lacerda (PSD-MT) (8)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (4)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (4)

Notas:

- Em 18.02.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 018/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Rodrigo Pacheco e Eliziane Gama foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
- Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes

Telefone(s): 3303-3491

E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁷⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1,11)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (9,11)
Senador Giordano (MDB-SP) (1,11)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) (11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3,11)	3. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (3,11)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (8,11)	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (10,11,12)	5. VAGO (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (4)	1. Senador Irajá (PSD-TO) (4)
Senador José Lacerda (PSD-MT) (4,22,23)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,20,24)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (13,14,15)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) (16)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (21)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (5,17)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,17)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5,17)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5)
Senador Beto Faro (PT-PA) (5,17)	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (18)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (6)	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (6)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (6)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (6)
Notas:	
1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Giordano foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLMDB).	
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e o Senador Rogerio Marinho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).	
3. Em 18.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, e o Senador Marcio Bittar membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).	
4. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Mara Gabrilli e Vanderlan Cardoso membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).	
5. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Beto Faro e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).	
6. Em 18.02.2025, os Senadores Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heize e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).	
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-CMA).	
8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).	
9. Em 19.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-GLMDB).	
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).	
11. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).	
12. Em 11.03.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-BLDEM).	



13. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-GSEGAMA).
14. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 009/2025-GSEGAMA).
15. Em 18.03.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GSEGAMA).
16. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG).
17. Em 25.03.2025, os Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Beto Faro foram designados membros titulares, e o Senador Paulo Paim membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).
18. Em 26.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Pelo Brasil, para compor a comissão (of. nº 34/2025-GLPDT).
19. Em 24.04.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 19/2025-BLDEMO).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
21. Em 07.07.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2025-BLVANG).
22. Vago em 19.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA CERRADO

Finalidade: acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

(Requerimento 60, de 2024 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



**13.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS
PARA REALIZAÇÃO DA COP 30**

Finalidade: acompanhar, no prazo de 300 (trezentos) dias, os preparativos para realização da COP 30, na cidade de Belém do Pará.

(Requerimento 61, de 2025 - CMA)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾

Instalação: 07/05/2025

Prazo final: 13/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (1)	1.
Senador Beto Faro (PT-PA) (1)	2.
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (1)	3.
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (1)	4.
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)	5.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	6.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (3)	7.

Notas:

1. Em 28.04.2025, os Senadores Leila Barros, Beto Faro, Eliziane Gama, Zequinha Marinho e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, para compor a subcomissão (Of. nº 16/2025-CMA).
2. Em 05.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 19/2025-CMA).
3. Em 06.05.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 20/2025-CMA).
4. Em 07.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros como Presidente e a Senadora Augusta Brito como Vice-Presidente. Designado o Senador Beto Faro como Relator (Of. 1/2025-CMACOP30).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽⁷⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,11)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,11)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,11)	3. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,11)	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,11)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,11)	5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,11)	6. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senador José Lacerda (PSD-MT) ^(4,26,27)	2. VAGO ^(4,9)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ^(4,9)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,29)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Morais (PL-GO) ^(2,23,25)
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,15,16,21,22)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(2,18,19)	3. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁴⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ^(6,14,17)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁴⁾
VAGO ^(12,24,28)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Morais, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Sergio Moro foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Omar Aziz e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Bolsonaro Presidente deste colegiado (of. nº 1/2025-CSP).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de ocupar a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 006/2025-GSEGAMA).
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val e Styvenson Valentim foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Plínio Valério e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).



12. Em 10.03.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2025). ([DSF de 11/03/2025, p. 24](#))
13. Em 18.03.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Sergio Moro Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 9/2025-CSP).
14. Em 25.03.2025, os Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão, deixando o Senador Humberto Costa de ocupar a vaga de titular (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 31.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 024/2025-BLVANG). ([DSF de 01/04/2025, p. 24](#))
16. Em 01.04.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 025/2025-BLVANG).
17. Em 02.04.2025, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 041/2025-GLPDT).
18. Em 15.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 047/2025-BLVANG).
19. Em 22.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 050/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
21. Em 15.07.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 068/2025-BLVANG).
22. Em 16.07.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 069/2025-BLVANG).
23. Em 04.09.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2025-BLVANG).
24. Em 09.09.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-BLPBRA).
25. Em 15.09.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 86/2025-BLVANG).
26. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
27. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).
28. Em 07.10.2025, o Senador Randolfe Rodrigues deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 31/2025-BLPBRA).
29. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1)	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1)
	2.
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)	3. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7)	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (4)	2.
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,9,10)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (5)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (5)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)

Notas:

- Em 18.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, e o Senador Jader Barbalho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 017/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Carlos Portinho e Rogerio Marinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e o Senador Flávio Arns membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
- Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: cddd@senado.leg.br



**15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO
DIGITAL NO BRASIL**

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9)	1. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(1,9,15)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,9)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(8,9,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	1.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹²⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾	1.

Notas:

- Em 18.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 019/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Mara Gabrilli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, o Senador Cleitinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLUNIAO).
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, e Plínio Valério foram designados membros titulares, e o Senador Giordano, membro suplente, para compor a comissão, e o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- Em 20.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLDEM).
- Em 12.03.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente deste colegiado.
- Em 25.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 33/2025-GLPDT).
- Em 07.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 41/2025-BLVANG).
- Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 43/2025-BLVANG).
- Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 43/2025-BLDEMO).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

12ª Eleição Geral: 18/09/2019

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

13ª Eleição Geral: 21/03/2023

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(*Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001*)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo
Telefone(s): 3303-713
E-mail: saop@senado.leg.br



5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(*Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013*)

1ª Designação: 22/08/2013
2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO
(*Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013*)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

PROCURADOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)

COORDENADOR:

1^a Designação: 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Augusta Brito (PT-CE)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



12) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



13) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES
(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)

PRESIDENTE:



14) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(*Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016*)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



15) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



16) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(*Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020*)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



17) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



18) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)



19) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



20) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA)



21) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



22) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



23) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



24) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



25) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(*Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.*)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



26) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



27) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



28) COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA
(*Resolução do Senado Federal nº 8, de 2025.*)

Presidente do Comitê Técnico João Paulo Mendes de Lima
Independente:

MEMBROS

Comitê Técnico Independente - Representante do Senado Federal

José Edmar de Queiroz

Comitê Técnico Independente - Representante do Ministério da Educação

João Paulo Mendes de Lima

Comitê Técnico Independente - Representante da Unesco

Rebeca Otero Gomes

Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Roberto Marinho

Rosalina Maria Soares

Comitê Técnico Independente - Representantes das Entidades Educacionais do Terceiro Setor

Bárbara Panseri - Fundação Lemann

Débora de Freitas Viégas - Associação Bem Comum

Márcia Ferri - Instituto Natura



29) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



30) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



**31) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



32) COMENDA CECI CUNHA
(Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024.)

PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS)



33) COMENDA ZILDA ARNS
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

